

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)**

GILDEONE GONÇALVES DE CARVALHO BARBOSA

**UTILIZAÇÃO DE CONCEITOS E FERRAMENTAS DE CONTABILIDADE
POR AGRICULTORES FAMILIARES EM ITAPURANGA-GOIÁS**

GOIÂNIA – GOIÁS

2018

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)

GILDEONE GONÇALVES DE CARVALHO BARBOSA

UTILIZAÇÃO DE CONCEITOS E FERRAMENTAS DE CONTABILIDADE
POR AGRICULTORES FAMILIARES DE ITAPURANGA-GOIÁS

Dissertação de Mestrado apresentado a Coordenação de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional sob orientação do professor Doutor Alcido Elenor Wander.

GOIÂNIA – GOIÁS

2018

Catálogo na fonte: Biblioteca FADISP

B238u Barbosa, Gildeone Gonçalves de Carvalho

Utilização de conceitos e ferramentas de contabilidade por agricultores familiares de Itapuranga - Goiás. / Gildeone Gonçalves de Carvalho Barbosa – 2018.
97 fls; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Alves Faria – (UNIALFA) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional – Linha de Pesquisa: Políticas públicas – Goiânia, 2018.

Orientador (a): Prof. Dr. Alcido Elenor Wander

Inclui bibliografia

1. Contabilidade. 2. Agricultura familiar. 3. Atividades extensionistas. I. Barbosa, Gildeone Gonçalves de Carvalho. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 35

GILDEONE GONÇALVES DE CARVALHO BARBOSA

**UTILIZAÇÃO DE CONCEITOS E FERRAMENTAS DE CONTABILIDADE
POR AGRICULTORES FAMILIARES DE ITAPURANGA-GOIÁS**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

.

BANCA EXAMINADORORA

Prof. Dr. Alcido Elenor Wander – Centro Universitário Alves Faria

Prof. Dra. Cintia Neves Godoi – Centro Universitário Alves Faria

Prof. Dra. Wilda Soares Lemos – Universidade Federal de Goiás

Goiânia, 18 de outubro de 2018.

Dedico esse trabalho à minha mãe, meu exemplo de luta,
persistência e alegria de viver.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela vida, saúde e pela oportunidade de cursar o mestrado;

À minha mãe Alice de Fátima de Carvalho, à minha irmã Angelina Carvalho Barbosa, aos meus sobrinhos Allison Carvalho e Alice Carvalho, ao meu cunhado Ledimar Moreira que é como um irmão e me estende as mãos nas horas que mais preciso;

Agradeço ao meu orientador Doutor Alcido Elenor, por ter me ajudado a escolher o título dessa pesquisa; pela paciência e compreensão em entender minhas limitações como discente;

À coordenadora do curso de mestrado, Doutora Cintia, que com muito carinho e confiança me indicou ao mercado de trabalho na área da docência em Goiânia;

Aos professores que compuseram a banca de seleção da bolsa de estudos da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG;

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, por contribuir financeiramente com minha pesquisa;

À minha amiga Fernanda Pereira da Silva, que me despertou o interesse em cursar o mestrado em desenvolvimento regional, pela convivência e luta para concluir desse curso;

Aos agricultores familiares de Itapuranga – Goiás, que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, o qual foi minha referência.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEORICO	15
2.1 Contabilidade	15
2.1.1 Planejamento	17
2.1.2 Controle	19
2.1.3 Demonstrações Contábeis	21
2.1.3.1 Balanço Patrimonial	21
2.1.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício	24
2.1.4 Ativos Biológicos	25
2.1.5 Custos na Contabilidade Agrícola	29
2.1.6 Relatórios Típicos da Atividade Agrícola para Tomada de Decisão	30
2.2 Agricultura Familiar	32
2.2.1 História da Agricultura Familiar	32
2.2.2 Legislação da Agricultura Familiar no Brasil	32
2.2.3 Agricultura Familiar em Goiás	37
2.2.4 Agricultura Familiar no Município de Itapuranga	40
2.2.5 Tipos de Cultura na Agricultura Familiar	47
2.3 Atividades Extensionistas	49
3 METODOLOGIA	58
4. COLETA E ANÁLISE DE DADOS	59
4.1 Caracterização dos Agricultores Familiares	59
4.2 Apresentação e Análise de Dados	42
4.2.1 Práticas Contábeis na Atividade da Agricultura Familiar	63
4.2.2 Contabilidade como Ferramenta na Aquisição de Crédito	66
4.2.3 Contabilidade como Ferramenta no Processo Produtivo e Comercialização dos Produtos	68
4.2.4 Informação Gerencial e Modelo de Relatório Contábil	69
4.3 Treinamento de Gestão Contábil para os Agricultores Familiares	73
4.3.1 Histórico dos Mediadores	74
4.3.2 Análise da Coleta de Dados	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
6. REFERÊNCIAS	81

APENDICES 86
ANEXOS 91

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Balanço patrimonial	23
QUADRO 2 Demonstração do resultado do exercício	24
QUADRO 3 Exemplo de ativo biológico e produto agrícola de acordo com CFC	25
QUADRO 4 Exemplo estimado valor justo dos ativos biológicos de uma cultura temporária quando há mercado ativo	28
QUADRO 5 Relatório de resultado	31
QUADRO 6 Tipos de cultivo e classificação	48
QUADRO 7 Linhas de créditos, taxas, juros e prazos	34
QUADRO 8 Descrição do perfil dos agricultores	60
QUADRO 9 Aquisição de créditos para investimentos	64
QUADRO 10 Controle gerencial	67
QUADRO 11 Características dos agricultores quanto a resposta dos objetivos específicos 3 e 4	71

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Lavoura permanente do Estado de Goiás – 2016	38
TABELA 2 – Lavoura temporária do Estado de Goiás – 2016	39
TABELA 3 – Pecuária do Estado de Goiás – 2016	40
TABELA 4 – Produção agrícola de Itapuranga – 2016	43
TABELA 5 – Pecuária de Itapuranga – 2016	44
TABELA 6 – Estabelecimentos agropecuários de Itapuranga – 2006	45
TABELA 7 – Agricultura familiar e crédito rural no município de Itapuranga – 2006	46

LISTA DE SIGLAS, SÍMBOLOS E ABREVIACÕES

ABC – Activity – Based Costing

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COOPERAFI – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itapuranga

COP – Comunicação de Ocorrência de Perda

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa

DLPA – Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DRA – Demonstração do Resultado Abrangente

DRE – Demonstração do Resultado de Exercício

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMB – Instituto Mauro Borges

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITG – Interpretação Técnica Geral

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PMEs – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF – Seguro da Agricultura Familiar

SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e de Desenvolvimento

SRF – Secretaria da Receita Federal

VPB – Valor da Produção Agropecuária

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo verificar se os agricultores familiares do município de Itapuranga-Goiás, utilizam-se dos conceitos e ferramentas de contabilidade no processo do plantio, cultivo e comercialização dos seus produtos. A pesquisa é de relevância, pois verifica a importância das ferramentas da ciência contábil no processo de tomada de decisão de acordo com as dificuldades e necessidades dos agricultores familiares. Para isso uma parte da metodologia que foi aplicada, é a revisão da literatura onde foram abordados grandes estudiosos como Marion, Iudícibus, Crepaldi das ciências contábeis, normativas e resolução do Conselho Federal de Contabilidade e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, além da legislação da agricultura familiar. Outro ponto abordado na revisão da literatura foi à atividade extensionistas com foco no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. A outra parte da metodologia é a pesquisa de campo utilizou-se a técnica amostragem por conveniência com visitas em 15 propriedades de agricultores familiares, através de entrevista, observação e verificação dos fatos praticados pelos atos dos agricultores familiares no processo produtivo. Os principais resultados foram constatados que os agricultores não possuem conceitos de ferramentas de contabilidade, em sua maioria na busca de crédito para investimento; o profissional que elabora o projeto, não possui formação em ciências contábeis e nem na área de gestão. E após a aquisição deste crédito, constatamos na pesquisa através dos relatos que os agricultores não detêm o controle desses investimentos. Constatamos também que os agricultores não utilizam ferramentas de contabilidade para esse controle, anotando apenas em um caderno rusticamente e acreditando que estão fazendo da maneira correta. Para tal torna-se importante propor uma continuidade dessa pesquisa, a fim de aprofundar e analisar, as práticas contábeis em relação aos agricultores familiares do município de Itapuranga. Propomos que se aprofunde a pesquisa relacionada às políticas de conscientização com foco em gestão, onde demonstre a importância da contabilidade para os agricultores e que trabalhem juntamente a os mediadores na utilização da maneira correta da ciência contábil na mensuração e evidenciamento do patrimônio dos agricultores familiares.

Palavra Chave: Contabilidade. Agricultura Familiar. Atividades Extensionistas.

ABSTRACT

The present study aims to verify if family farmers in the municipality of Itapuranga-Goiás, use is made of the concepts and tools of accounting in the process of planting, cultivation and marketing of their products. The research is of relevance, since it verifies the importance of the tools of science accounting in the decision-making process according to the difficulties and needs of family farmers. For this purpose a part of the methodology that was applied, is the review of the literature where they discussed the great scholars such as Marion, Iudícibus, Crepaldi of science in accounting, regulatory and resolution of the Federal Accounting Council and the Accounting Pronouncements Committee, and legislation of family farming. Another point discussed in the literature review was to activity extension with a focus on the National Program for Strengthening Family Agriculture – PRONAF. The other part of the methodology is the field research we used the technique convenience sample with visits to 15 properties family farmers, through interview, observation and verification of the facts practice by the acts of family farmers in the productive process. The main results have been revealed that farmers donot have concepts of accounting tools, in their majority seek credit for investment; the professional who prepares the design, has no training in accounting, nor in the area of management. And after the acquisition of this credit are shown in the search through the accounts that farmers don't have control of these investments. We also note that the farmers donot use accounting tools for that control, noting only in a notebook, rustic, and believing that they are doing the right way. To do this it becomes important to propose a continuity of this research, in order to deepen and analyze, the accounting practices in relation to family farmers in the municipality of Itapuranga. We propose to deepen the research related to political awareness with a focus on management, where to demonstrate the importance of accounting for farmers and working together with the mediators in the use of the correct way of science accounting in the measurement and evidenciamento of the heritage of family farmers.

Keyword: Accounting. Family Farming. Activities Of Extension Workers.

1. INTRODUÇÃO

A reforma do Estado brasileiro na transição democrática ao final dos governos militares na década de 1980, fez com que o Estado buscasse novas políticas públicas para modernizar a agricultura no Brasil. O governo não acreditou que o camponês e o pequeno proprietário rural, seriam capazes de contribuir para o desenvolvimento da agricultura de acordo com as políticas públicas (VIERA, 2009). Portanto, somente os grandes proprietários de terras foram beneficiados com as políticas de modernização e os pequenos produtores ficaram de fora deste contexto, sem uma política adequada ao pequeno produtor que valorizasse o homem do campo e que fizesse com que sua produção tivesse preços mais justos ou tivessem subsídios para pagar suas dívidas contraídas para fazer seu plantio e uso de incentivos para fomentar a pequena propriedade.

A Lei nº 4.504, de 30 de dezembro de 1964 que dispõe sobre o Estatuto da Terra, tem por objetivo regulamentar os direitos e deveres aos bens imóveis rurais para fins da reforma agrária. Uma legislação que de certa forma não beneficiava os pequenos proprietários de terras na ótica das políticas públicas.

Os agricultores familiares ganharam mais espaço em termo de valorização e benefícios das políticas agrícolas no governo Lula, com a criação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que estabelece diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares, cujo objetivo é a formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares, esta formulação de acordo com Artigo 2º é a “gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para reforma agrária”.

A agricultura através dos grãos, liderados pela soja, o milho e até a banana, juntamente com a pecuária impulsionou a economia no Estado e fez com que o Estado de Goiás seja destaque no cenário nacional.

A agricultura familiar tem sua contribuição também na economia do Estado de Goiás, segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento – SEAD (2017), foi assinado um Termo de Compromisso com o Governo do Estado de Goiás, onde: “prevê a disponibilização de recursos financeiros na ordem de R\$ 36 milhões, destinados a impulsionar as políticas de reordenamento agrário na região”.

De acordo com a SEAD esse incentivo busca ter mais agilidade na execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF em Goiás e aumentar o número de entregas de títulos de regularização fundiária aos agricultores familiares do Estado.

O Município de Itapuranga é referência no Estado de Goiás através da agricultura familiar no cultivo de maracujá, mamão e banana, que se associou a produção de leite, hortaliças; de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2006 com 1.459 estabelecimentos familiares e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar teve um total de empréstimos por parte dos agricultores no valor de R\$ 7.102.757.

Os agricultores familiares ao administrar sua propriedade precisam ter conhecimento das ferramentas de contabilidade que evidencie e mensure os fatos ocorridos. O simples fato de plantar e comercializar não quer dizer que o produtor já obteve lucro, o lucro que é obtido na confrontação da receita com o custo e despesa.

Os agricultores familiares buscam viabilidade econômica para investir na sua propriedade, podendo contar com apoio das políticas públicas do Governo Federal através de projetos extensionistas como o programa PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, linhas de créditos oferecidos pelo governo como fomento à agricultura familiar no Brasil.

Neste sentido administrar as propriedades rurais familiares, evidenciar e mensurar através de ferramentas da contabilidade os atos como: preparo do solo, plantio, cultivo, colheita e comercialização dos produtos e gerir os empréstimos recebidos do Governo Federal por intermédio do Banco do Brasil é uma atividade que busca por parte do agricultor ter conhecimento dos conceitos e a utilização dessas ferramentas da gestão contábil.

O objetivo da pesquisa é identificar a utilização de conceitos e ferramentas da contabilidade por Agricultores Familiares em Itapuranga – Goiás.

Os objetivos específicos da pesquisa estão desdobrados da seguinte forma:

- ✓ Mapear o conhecimento das práticas contábeis na atividade da agricultura familiar;
- ✓ Levantar as dificuldades e necessidades dos agricultores familiares na utilização das ferramentas contábeis no processo produtivo até a comercialização dos produtos;
- ✓ Comparar os resultados contábeis da atividade agrícola nos diferentes níveis de conhecimentos e conceitos da utilização das ferramentas da contabilidade rural;
- ✓ Elaborar modelos de relatórios contábeis na identificação dos custos, receitas e lucros com base nas dificuldades e necessidades dos agricultores familiares.

Justifica a presente pesquisa, mostrar a importância da contabilidade na utilização de suas ferramentas como instrumento de apoio no processo de tomada de decisão de acordo com as dificuldades e necessidades dos agricultores familiares do município de Itapuranga – Goiás.

Por se tratar da agricultura familiar, em que a maioria pessoas simples, utilizando a mão de obra oriunda do próprio núcleo familiar, a pesquisa busca verificar através dos objetivos específicos se produtores são detentores de conhecimentos e utilizam as ferramentas contábeis no período do cultivo e comercialização de seus produtos.

Através da metodologia a pesquisa buscará responder as seguintes perguntas:

- ✓ Que tipos de incentivos para a produção o Governo Federal ou Estadual disponibiliza como PRONAF e outros?
- ✓ De que forma se controlam os gastos e receitas da atividade?
- ✓ Conta com ajuda de algum profissional no controle de gastos e receitas? Sim ou Não (se sim, qual ou quais?).
- ✓ Para sua atividade, que tipo de informação gerencial necessita para tomar a decisão?

O estudo está organizado em **cinco capítulos**, sendo o **primeiro** que se encontra a introdução, composta pelos objetivos, justificativa, problematização e a relevância da pesquisa.

O **segundo** tratará da revisão da literatura que está estruturada nos subcapítulos: a) contabilidade que aborda a sua importância para o planejamento e controle, em seguida, abordará as demonstrações contábeis em específico o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, ativo biológicos, custos na contabilidade agrícola, relatórios típicos a atividade agrícola para tomada de decisão; b) agricultura familiar, história da agricultura familiar, legislação aplicada à agricultura familiar, agricultura familiar no município de Itapuranga, no Estado de Goiás e no Brasil, tipos de cultura na agricultura familiar; c) atividades extensionistas e políticas de desenvolvimento na agricultura familiar.

O **terceiro** apresentará a aplicação da metodologia conforme os objetivos específicos da pesquisa para atingir os resultados.

O **quarto** capítulo abordará os resultados esperados da pesquisa. O **quinto** capítulo abordará as considerações finais da pesquisa. A esta pesquisa contam também o apêndice e anexos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

A contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio, mesurando e evidenciando as informações no auxílio e na tomada de decisões pelo usuário, seja pessoa jurídica ou física.

Podemos definir a contabilidade na visão de Gonçalves e Baptista (2011, p. 3), como: “Ciência que tem por objeto o estudo do Patrimônio a partir da utilização de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, registrar, acumular, resumir e analisar todos os fatos que afetam a situação patrimonial de uma pessoa”.

A contabilidade busca o estudo do controle do patrimônio das empresas, registrando os fatos praticados na conduta da formação, movimentação e variação do patrimônio; no fornecimento de dados para os gestores, proprietários e usuários que dependam de informações; da situação patrimonial da organização, nas práticas organizacionais, para alcançar os seus objetivos que é a obtenção de lucros (THOMAS, et al., 2009).

O empresário, ao constituir uma empresa, faz renúncias das suas economias pessoais, investimento que é denominado como capital social e que é integralizado em forma de dinheiro ou bens. No decorrer das atividades empresariais, na comercialização de mercadorias, produtos ou serviços, o empresário precisa ter planejamento e controle dos fatos ocorridos. A contabilidade vem auxiliar nesse processo, evidenciando e mensurando todos os fatos ocorridos que podemos chamar de escrituração contábil. Isso vale também para pessoa física que trabalha como autônomo, mesmo não tendo o registro nos órgãos competentes das suas atividades econômicas.

Iudícibus, cita que:

A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, com metodologia especificamente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja pessoa física, entidade não lucrativas, empresa, seja mesma pessoa de Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia etc, tem um campo de atuação muito amplo (IUDÍCIBUS, 2010, p. 01).

Iudícibus, ao citar que a contabilidade é uma ciência social aplicada, reforça que, de acordo com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), classifica a contabilidade na área da Ciências Sociais Aplicadas, e que a contabilidade está dividida em diversas áreas do saber como: contabilidade geral, contabilidade de custos, contabilidade

atuarial, contabilidade pública, auditoria contábil, perícia contábil, dentre outras como a contabilidade rural que é a referência de estudo neste trabalho. As ciências sociais aplicadas têm por objetivo estudar os aspectos sociais e a vida social das pessoas, neste caso, a contabilidade e suas ramificações vêm auxiliar os usuários no entendimento das informações obtidas no processo de contabilização dos documentos contábeis gerados pelos fatos contábeis, que através de relatórios, auxiliaram o indivíduo no entendimento e no processo de tomada de decisão.

As ciências sociais, ao estudarem os aspectos e a vida social das pessoas, nos fará questionar o que a contabilidade tem a ver com isso? Tem tudo a ver, pois, se o usuário da contabilidade não souber lidar com as informações geradas pela escrita contábil, através dos relatórios financeiros ou ter planejamento e controle dos fatos praticados tanto na sua vida pessoal quanto empresarial, poderá impactar negativamente na vida social do ser humano como, descontrole financeiro, endividamento e até a falência da sua atividade econômica.

De acordo (KRUGER et al., 2014) a contabilidade é um dispositivo de apoio, mensuração, controle e delineação das atividades desenvolvidas no meio rural, visando atingir os objetivos de controlar o patrimônio e possibilitar o acompanhamento dos resultados e análise dos investimentos realizados.

A contabilidade não tem por objeto, contabilizar somente fatos ocorridos, ela desempenha um papel importante na ordem de controle do patrimônio individual como contabilidade orçamentária, que ajuda muito no controle pessoal dos orçamentos domésticos (IUDÍCIBUS, 2010).

Faveri (2014, p. 388) cita que “Desde seu surgimento, a Contabilidade é uma das ferramentas que visa esclarecer, de forma objetiva, os atos e fatos que ocorrem no patrimônio das organizações, com intuito de suprir as necessidades de informação”.

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) – Interpretação Técnica Geral (ITG) 2000 – Escrituração Contábil, no seu item 26, vem definir que: “Documentação contábil é aquela que comprova os fatos que originam lançamentos na escrituração da entidade e compreendem todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, de origem interna ou externa, que apoiam ou compoñham a escrituração”.

Gonçalves e Baptista (2011, p. 20), cita que: “FATOS CONTÁBEIS são ocorrências que ALTERAM a composição do Patrimônio, seja em seu aspecto qualitativo ou específico, seja em aspecto quantitativo ou estático”.

A contabilidade ao gerar informações no auxílio a tomada de decisão, o empresário, apeteçido ser bem sucedido, deve-se ter uma administração eficiente, impondo conhecimento do

seu negócio, do capital e dos fatos que acontecem na atividade agrícola ou pecuária (HOFER et al., 2006).

Não podemos confundir fato com ato, o ato não afeta de imediato a situação patrimonial da empresa, como por exemplo: o proprietário da empresa delegar funções aos seus colaboradores, isso é um ato e não um fato. Fato é o que altera positivamente ou negativamente a situação patrimonial da empresa. A seguir exemplos de fatos contábeis:

- ✓ Compra de um veículo – é um ato permutativo, pois, o dinheiro sai do caixa e entra como imobilizado na conta do ativo ou contraí um empréstimo para aquisição desse bem. Se no ato da contratação do empréstimo pagaram-se juros, isso é um ato contábil modificativo, pois, a despesa com juros altera a situação patrimonial da organização.
- ✓ Recebimento de juros – reconhecemos na contabilidade como receita de juros, essa receita vai alterar positivamente a situação patrimonial da organização.

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) – Interpretação Técnica Geral (ITG) 2000 – Escrituração Contábil, no seu item 4 – Formalidades da escrituração contábil cita sobre o procedimento de escrituração: “O nível de detalhamento da escrituração contábil deve estar alinhado às necessidades de informação de seus usuários”.

Gonçalves e Baptista (2011, p. 24), cita que a “Escrituração é, portanto, a técnica de se manter sob-registros escritos – a que chamamos de LANÇAMENTOS ou PARTIDAS – o controle dos elementos que compõem um Patrimônio qualquer”.

O processo de escrituração contábil está dividido em três etapas: entrada, processamento e saída, onde temos:

- ✓ **Entrada** – é a documentação contábil, o registro inicial dos fatos ocorridos;
- ✓ **Processamento** – é o processo de escrituração, ou seja, o processamento dos fatos;
- ✓ **Saída** – são os relatórios contábeis-financeiros.

Os usuários da contabilidade têm por finalidade, compreender e utilizar essas ferramentas que estão à disposição no auxílio da tomada de decisão. O processo de escrituração dos documentos gerados nas atividades agrícolas, empresariais e dentre outras, gerará um relatório contábil financeiro para planejamento e controle nas atividades aziendali.

2.1.1 Planejamento

Planejar é administrar as diversificações, identificando as alternativas propulsivas de curto, médio e longo prazo. A contabilidade vem proporcionar ao usuário essa ferramenta no auxílio do planejamento para a tomada de decisão.

Na ótica da administração, de acordo com Lima e Pasqualetto (2017, p. 21-22), [...] é o ato de planejar, que pode ser definido como decisões presentes para planos futuros, dar transparência às ações com prazos e metas definidos prevendo os meios de alcançá-los”.

Neste sentido, a contabilidade através da evidenciação e mensuração dos dados contábeis, auxilia o gestor a ter uma visão clara para planejar as ações e metas para médio e longo prazo praticado na atividade.

Para Brandão (2012, p. 25), “O planejamento é uma ferramenta que auxilia a observação da realidade, visando à construção de objetivo futuro, criando metas para atingi-lo”.

Planejar é o ato de se organizar da melhor maneira possível para aproximar-se dos objetivos e metas traçados para obter os resultados a curto, médio e longo prazo. Essa pesquisa busca verificar se os agricultores familiares do município de Itapuranga-Goiás, têm o conceito e utilizam as ferramentas da contabilidade nas suas atividades agrícolas.

Friedmann (1969, p. 5), cita que “O planejamento é uma atividade universal do homem. Em maior ou menor extensão, todos nós planejamos; mas nem toda decisão pode ser tida como decisão planejada”.

E o estudo desses conceitos, precisa abordar sobre planejamento e controle, pois, a contabilidade como já mencionado anteriormente, vem auxiliar os usuários na tomada de decisão e é fato que, precisa primeiramente planejar e controlar as práticas para alcançar o resultado esperado.

O planejamento voltado para atividade rural na visão de Dorr:

O planejamento é um elemento básico para o desenvolvimento da atividade econômica, pois cabe a ele decidir a tomada de decisão sobre o quê produzir, baseando-se nas condições de mercado e dos recursos naturais de seu estabelecimento rural. Já em relação ao quanto produzir, deve considerar a quantidade de terra de que dispõe, e ainda o capital e a mão de obra que pode empregar além de estabelecer o modo como vai produzir de acordo com a tecnologia disponível (DORR et al., 2012, p. 38).

A atividade agrícola é o ato de produzir alimentos no caso da agricultura, para comercialização dos mesmos ou a transformação em um produto final no caso da agroindústria. Para se compreender o planejamento na agricultura familiar, alguns pontos precisam ser abordados como:

- **Alvo** – Plantio de lavouras, hortaliças e até mesmo algumas funções pequenas da agropecuária;

- **Objetivo** – Produzir alimentos de boa qualidade para atender o mercado;
- **Meta** – Obter lucro dos produtos a serem comercializados.

Planejamento é o ato o qual se faz em conjunto para atingir o alvo, o objetivo e a meta; o processo de decidir que curso deverá ser tomado a curto médio e longo prazo; processo de execução do planejamento na propriedade rural seja de grande ou pequeno porte, o agricultor, administrador rural ou empresário rural, deverá levar alguns pontos na ótica de Crepaldi:

- benfeitorias (casas, galpões, cercas, mangueiras para gado etc.);
- estradas, aceiros e pontes;
- tipo de cultura que está sendo usado;
- localização em nível de país, estado e município;
- dados relativos a temperatura local, umidade do ar e altitude;
- tipo de solo característico da propriedade (pH, umidade, fertilidade etc.);
- descrição dos cursos d'água e rios;
- localização das divisas e confrontantes da propriedade;
- diferentes utilizações na propriedade etc. (CREPALDI, 2011, p. 43-45)

O processo de planejamento na atividade rural deve ser executado com cautela para que o gestor tenha uma visão dos reflexos que poderão acontecer no processo de execução; deverá levar vários fatores desde o investimento, localidade, aquisição de equipamentos até os confrontantes de divisa; planejamento que deverá ser mensurado nas ciências contábeis de acordo com as normas e princípios na otimização do processo para tomada de decisão.

Para Lourenzani et al. (2008, p. 64), “Frequentemente a gestão é concebida como um conjunto de atividades (planejamento e controle da produção, marketing, custos, logística, comercialização etc.) sem articulação requerida pela atividade produtiva.

A contabilidade é uma ferramenta de grande utilidade no planejamento empresarial e pessoal, mesmo em casos isolados, podemos utilizá-la no processo de controle e avaliação dos resultados a serem alcançados, a gestão sendo um conjunto de afazeres envolvendo os instrumentos de gestão, controle e marketing no processo produtivo e na comercialização do produto.

2.1.2 Controle

Para Iudícibus (2010, p. 5), “**Controle** pode ser conceituado como um processo pelo qual a alta administração se certifica, na medida do possível, de que a organização está atingida, em

conformidade com os planos e políticas traçados pelos donos de capital e pela própria alta administração”.

O conceito de controle pode ter vários entendimentos, Borba (2004, p. 340), define controle como: “administração, direção, fiscalização, domínio”.

A conceituação de controle é ampla, tendo vários entendimentos para sua aplicabilidade como:

- **Administrar** – controle, nesse contexto, busca auxiliar a gestão de forma clara e transparente;
- **Direção** – controle, vem ser uma ferramenta no direcionamento das metas que foram ou serão traçadas;
- **Fiscalização** – Neste contexto, o controle vem fiscalizar as práticas e condutas que estão sendo executadas no processo de planejamento;
- **Domínio** – o controle é uma ferramenta fundamental para que a gestão não perca o domínio do planejado.

As Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TA 265 – Comunicação de Deficiências de Controle Interno, citam no seu item A 6, a importância dos controles no processo de elaboração de demonstrações contábeis, por exemplo:

- controle de monitoramento geral (tais como supervisão da administração);
- controle sobre a prevenção e a detecção de fraude;
- controle sobre a seleção e a aplicação das principais práticas contábeis;
- controle sobre transações significativas com partes relacionadas;
- controle sobre transações significativas fora do curso normal dos negócios da entidade;
- controles sobre o processo de elaboração de demonstrações contábeis de final de período (tais como controle sobre lançamentos não recorrentes ou não usuais) (NBC TA 265, 2012, p. 166).

No item A 8 (NBC TA, 265, p. 167), complementa que: “Os controles podem ser planejados para operarem individualmente ou em conjunto para prevenir, ou detectar e corrigir, as distorções de maneira eficaz”.

Podemos concluir nesse item que, o planejamento e o controle são ferramentas importantes para a execução dos procedimentos contábeis adotados pelas pessoas jurídicas, físicas, entidades sem fins lucrativos e até em órgãos públicos. As Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TA 265, demonstram a grande importância dos controles e até mesmo planejamento na elaboração das demonstrações contábeis (objeto de estudo no próximo subitem deste), evitando distorções e corrigindo-as.

2.1.3 Demonstrações Contábeis

Neste capítulo, serão citadas as apenas o Balanço Patrimonial – BP e a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE como ferramenta de gestão e controle nas atividades econômicas, são ferramentas que auxiliam o gestor no processo de tomada de decisão, as demais demonstrações como: Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC e Demonstração do Valor Adicionado – DVA, não é objeto de estudo, verifica-se que os agricultores familiares não utilizam as essas demonstrações como ferramenta de controle e gestão até mesmo pela não obrigatoriedade conforme resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

No propósito geral, as demonstrações contábeis são aquelas que têm o objetivo de atender as necessidades informacionais dos usuários externos que não têm condições de requerer relatórios especificamente planejados para atender as suas necessidades peculiares (SANTOS, 2015).

Santos (2015, p. 65), cita ainda que:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados (SANTOS, 2015, p. 65).

Como ferramenta no auxílio do processo de tomada de decisão, as demonstrações buscam demonstrar a posição patrimonial da azienda, e tem como objetivo proporcionar informações acerca dos ‘ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, alterações no capital próprio e fluxo de caixa’, essas informações e outras complementares como das notas explicativas, ajudam os usuários na previsão dos futuros fluxos de caixa, e em particular caso, utilizam e demonstram a época e o grau de certeza de sua geração.

2.1.3.1 Balanço Patrimonial

O processo de escrituração é de livre escolha do gestor rural, desde que sejam mantidos em registros permanentes e em obediência, os preceitos da legislação comercial e fiscal e os princípios de contabilidade (CREPALDI, 2011).

Antes do fechamento do balanço patrimonial, é preciso fazer a fixação do exercício social de acordo com a legislação e as ações que forem adotadas na atividade agrícola e pecuária.

O Balanço Patrimonial tem por finalidade demonstrar a situação patrimonial da empresa aos usuários internos e externos, sobre o Balanço Patrimonial, Crepaldi (2011, p. 86-87) cita as seguintes finalidades e exigências:

1. Atendimento de disposição legal e comercial: é Código Comercial Brasileiro exige que se realize o levantamento das demonstrações financeiras;
2. Atendimento à legislação tributária: a legislação tributária exige que as Empresas Rurais tributadas pelo lucro real efetuem, no mínimo, anualmente, o levantamento das demonstrações contábeis financeiras.
3. Subsídios à administração: os administradores utilizam-se dos dados fornecidos pelo balanço para avaliar o desempenho da Empresa Rural e redirecionar os planos futuros, se for o caso. É a finalidade de controle e planejamento.
4. Informações econômico-financeiras: ao mercado: os fornecedores, investidores, financiadores, governo, clientes etc. têm interesse em saber “saúde” da Empresa Rural, e esse diagnóstico poderá ser feito mediante a análise do balanço (CREPALDI, 2011, p. 86-87).

Os fatos praticados pela atividade agrícola se iniciam pelo processo de escrituração e a identificação das etapas a serem desenvolvidas no fechamento do Balanço Patrimonial. Crepaldi (2011, p. 106), cita a importância de identificar as etapas nas atividades agrícolas como:

- a. Preparo do solo: envolve as atividades de desmatamento, destoca e preparação do solo.
- b. Preparo para o plantio: nesta fase têm-se as operações de sulcagem, coveamento, adubação básica, fertilizantes químicos.
- c. Plantio: esta fase engloba as operações de plantio das mudas e sementes; replantio, enxertia; irrigação: transporte de água, energia elétrica, tratamento fitossanitário, manutenção no período de crescimento: poda, ralação, desbrote, adubações suplementares, combate a ervas daninhas e outros.
- d. Colheita: nesta etapa o produtor rural deve planejar a utilização de mão de obra, combustível dos equipamentos entre outros.
- e. Produtos colhidos: esta etapa prevê o beneficiamento, acondicionamento e armazenamento temporário até a comercialização (CREPALDI, 2011, p. 106).

A identificação dessas etapas busca compreender o processo juntamente com os gastos que terão no sacrifício no plantio e cultivo da lavoura. Para gerar a receita futura com a comercialização desses produtos, é muito importante definir essas etapas e o período que abrangerá o fechamento das demonstrações contábeis. Abaixo, no quadro 1 modelo de Balanço Patrimonial aplicada a atividade agrícola.

Quadro 1 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE Disponível *Caixa e Equivalente Caixa *Bancos Créditos *Duplicatas a Receber Estoques Rebanho Bovino em Formação *Bezerros de 0 a 8 meses Cultura Temporária em Formação *Arroz *Milho * Frutas (mamão e maracujá)	CIRCULANTE Obrigações com terceiros *Fornecedores Empréstimos e Financiamentos Salários a Pagar Encargos Sociais *INSS a Recolher – Fazenda *FGTS a Recolher – Fazenda Encargos Tributários *ISS a Recolher – Fazenda ICMS a Recolher – Fazenda
NÃO CIRCULANTE Realizável a Longo Prazo INVESTIMENTOS *Terrenos e Imóveis pra Futura Utilização *Imóveis de Renda IMOBILIZADO Terras *Área de exploração *Pastagens (-) Depreciação acumulada INTANGÍVEL *Marcas e patentes	PASSIVO NÃO CIRCULANTE PATRIMÔNIO LÍQUIDO *Capital Social *Reservas
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO E PL

Fonte: elaborado pelo autor.

O Balanço Patrimonial a apresenta toda estrutura de possíveis fatos que possam a vir ocorrer na atividade agrícola conforme as práticas agrícolas e pecuárias desenvolvida pelos agricultores na geração de receitas.

2.1.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

A Demonstração do Resultado do Exercício ou Econômico expõe as contas de resultado como Receitas, Despesas e Custos, adotando o princípio da competência na apuração do lucro ou prejuízo pela empresa rural.

Crepaldi, (2011, p. 88), cita como exemplo de acordo com a Lei nº 6.404/76, devidamente atualizada, a Demonstração do Resultado do Exercício discriminada conforme quadro 2:

Quadro 2 – Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Receita Bruta de Vendas – Produtos Agrícolas
(-) Deduções de vendas
(-) Abatimentos
(-) Tributos
= Receita Líquida de Vendas
(-) Custos de Produtos Vendidos
= Lucro Bruto
(-) Despesas com Vendas
(-) Despesas Financeiras
(+) Receitas Financeiras
(-) Despesas Gerais e Administrativas
(-) Outras Despesas Operacionais
(+) Outras Receitas Operacionais
= Resultado Operacional Líquido
(-) Imposto de Renda
(-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
= Resultado após IR e CSLL
(-) Despesas com participações estatutárias
= Lucro/Prejuízo do Exercício
Lucro/Prejuízo por ação do capital social

Fonte: Crepaldi (2011, p.88)

A DRE é um relatório sucinto das atividades operacionais da empresa rural, durante determinado período de acordo com as necessidades do gestor, onde constam os valores relevantes às operações para obtenção de lucro ou prejuízo.

Na atividade agrícola os agricultores têm custos operacionais, custos com investimentos e despesas. O relatório proposto no apêndice 4, estrutura de forma simples esses gastos que são confrontados com as receitas. A DRE atribui essas informações também.

2.1.4 Ativos Biológicos e Produto Agrícola

A Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola estabelece tratamento contábil aos ativos biológicos e atividades agrícolas. No item 4, dá-se exemplos de ativos biológicos, produto agrícola e produtos resultantes do processamento após a colheita conforme quadro 3.

Quadro 3 – Exemplo de ativos biológicos e produto agrícola de acordo CFC.

Ativos biológicos	Produto agrícola	Produtos resultantes do processamento após a colheita
Carneiros	Lã	Fio, tapete
Árvores de uma plantação	Madeira	Madeira cerrada, celulose
Plantas	Algodão, Cana colhida, Café	Fio de algodão, roupa, açúcar, álcool, Café limpo em grão, moído, torrado
Gado de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsicha, presunto
Arbustos	Folhas	Chá, tabaco
Videiras	Uva	Vinho
Árvores frutíferas	Fruta colhida	Fruta processada

Fonte: NBC TG 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola

O CPC foi criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, e tem por objetivo o estudo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre os procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações, para permitir a emissão das normas pela entidade reguladora brasileira, visam a centralização e uniformização do processo de produção, levando em consideração os padrões internacionais.

A resolução do CFC estabelece algumas definições relacionadas à área agrícola.

- **Atividade agrícola** – é a transformação biológica de ativos agrícolas para comercialização;
- **Produção agrícola** – é o produto colhido do ativo biológico;
- **Ativo biológico** – animal ou planta;
- **Transformação biológica** – processo de crescimento, degeneração, procriação.

Os ativos biológicos estão em constantes transformações, onde precisam de avaliação continuada. Avaliações, que normalmente serão positivas, pois aumentam o ativo, produzindo ganho financeiro para a empresa, onde será reconhecido na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE (MARION, 2012).

Para Plais (2010, p. 9) “o ganho ou perda da mensuração do valor justo menos o custo de vender deverá ser registrado no resultado líquido do exercício, tendo como contrapartida a conta do ativo referente ao ativo biológico ou produto agrícola”.

Os ativos biológicos e Produto Agrícola ao serem comercializados podem ser avaliados a preço de mercado e um dos procedimentos de avaliação é o “valor justo”. O CPC 26 – “Mensuração pelo Valor Justo”, no item 9, define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração”.

Almeida, (2012, p. 159), descreve o que deve ser considerado na avaliação do valor justo:

Unidade de contabilização:

- Qual o ativo ou o passivo que está sendo avaliado?
- Qual é a unidade de contabilização do ativo ou do passivo? É a base de avaliação?

Mercado:

- Qual é o principal mercado, ou, se inexistente, qual é o mercado mais vantajoso para o ativo ou para o passivo?

Pressupostos:

- Que pressupostos os participantes do mercado principal (ou mercado mais vantajoso) levariam em conta ao determinar o preço do ativo ou passivo?
- Quais as características do ativo ou do passivo que os participantes do mercado levariam em conta?
- Para um ativo não financeiro, qual a premissa apropriada para mensuração de forma consistente com o seu melhor uso possível?

Dados de entrada e técnicas de avaliação:

- Quais os dados de entrada que estão disponíveis e podem ser utilizados para determinar o valor justo?
- Qual é (são) a (s) técnica(s) de avaliação apropriada (s)? (ALMEIDA, 2012, p. 159).

O quadro 4 é exemplo estimado valor justo dos ativos biológicos de uma cultura temporária quando há mercado ativo, de acordo com Marion (2012, p.38).

Os agricultores devem buscar potencializar os efeitos das atividades praticadas e verificar os procedimentos relacionados com os eventos na atividade rural seguindo as normativas contábeis.

Quadro 4 – Exemplo estimado valor justo dos ativos biológicos de uma cultura temporária quando há mercado ativo*.

*Contribuição de Douglas Ribeiro – mestrando em Contabilidade pela PUC-SP e atua como Gerente de Auditoria na PwC.

	4º trimestre			1º trimestre			2º trimestre			3º trimestre			4º trimestre		
Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Plantio															
		Tratos culturais													
				Colheita											
									Embarques/faturamento						

O quadro vem exemplificar o período da agricultura, ou seja, desde o plantio onde envolve o processo de preparo do solo como tratos culturais (adubação, rotação das culturas e manejo etc.) O período de colheita até a comercialização que é o faturamento. Processo que será pesquisado na metodologia deste trabalho e evidenciado na contabilidade.

2.1.5 Custos na Contabilidade Agrícola

A contabilidade de custos teve início do século XX, onde foram marcadas pelo surgimento de empresas de grande porte, essas empresas atuavam em múltiplas funções em decorrência disto, tiveram a necessidade de mensurar o processo produtivo para saber se estava tendo lucro ou prejuízo ao comercializar seus produtos. Os objetivos da Contabilidade de Custos são de acordo com as necessidades apresentadas pelos diversos níveis gerenciais dentro da organização. Para Leone e Leone (2010, p. 7), os objetivos da contabilidade de custos são:

(a) o objetivo da determinação da rentabilidade, está num sentido bem amplo, que considera o desempenho da entidade e de seus componentes em todos os sentidos; (b) o objetivo que se traduz pelo controle dos custos das operações de cada atividade no sentido de minimizá-los pela comparação constante entre os dados previamente estabelecidos (como orçamentos, estimações e padrões) e os dados que realmente ocorreram. A procura pela redução de custos deve passar obrigatoriamente pela análise das causas das variações ocorridas. Tais causas sempre são decorrência de disfunções operacionais. O objetivo final é descobrir esses erros, avalia-los economicamente e propor medidas corretivas; (c) o objetivo de fornecer informações, normalmente não recorrentes, aos diversos níveis gerenciais que as solicitam para atender a suas funções de planejamento e de tomada de decisões (LEONE & LEONE, 2010, p.7).

A contabilidade auxiliar o gestor no processo de tomada de decisões, evitando distorções na alocação dos custos diretos, indiretos, fixos e variáveis de acordo com o método de custeio adotado. Também busca auxiliar no planejamento e controle dos custos onde fornece informações aos diversos níveis gerenciais.

Os custos se classificam de acordo com o volume de produção e a sua apropriação ao processo produtivo na atividade agrícola e dependem do tipo de custeio que o gestor pretende utilizar para obtenção dos resultados, um dos métodos de custeio apresentado é o Custeio Baseado em Atividades – ABC, Martins (2010, p. 87), cita que: o “Custeio Baseado em Atividades, conhecido como ABC (*Activity-Based Costing*), é um método de custeio que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos”. Martins cita ainda que:

O ABC pode ser aplicado, também, aos custos diretos, principalmente à mão de obra direta, e é recomendável que o seja; mas não haverá neste caso diferenças significativas em relação aos clamados “sistemas tradicionais”. A diferença fundamental está no tratamento dado aos custos indiretos (MARTINS, 2010, p. 87).

O processo de custeio será adotado pela organização à maneira que a empresa apresentar as necessidades do custeamento dos seus gastos com produção de bens ou serviço. Caberá ao gestor, escolher o sistema de custeio que melhor atenda suas necessidades.

2.1.6 Relatórios típicos a Atividade Agrícola para Tomada de Decisão

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no seu Pronunciamento Conceitual Básico (R1), que vem definir a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, cita no seu item OB12 que:

Relatórios contábil-financeiro de propósito geral fornecem informação acerca da posição patrimonial e financeira da entidade que reporta a informação, a qual representa informação sobre os recursos econômicos da entidade e reivindicações contra a entidade que reporta a informação. Relatórios contábil-financeiros também fornecem informação sobre os efeitos de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos da entidade que reporta a informação e reivindicações contra ela. Ambos os tipos de informação fornecem dados de entrada úteis para decisões ligadas ao fornecimento de recursos para a entidade (CPC, Pronunciamento Conceitual Básica (R1)).

No item QC 32, complementa ainda que:

Relatórios contábil-financeiro são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e que revisem e analisem a informação diligentemente. Por vezes, mesmo os usuários bem informados e diligentes podem sentir a necessidade de procurar ajuda de consultor para compreensão da informação sobre um fenômeno econômico complexo (CPC, Pronunciamento Conceitual Básica (R1)).

Os relatórios auxiliam os gestores no processo de tomada de decisão dos fatos ocorridos na organização, fatos esses, que serão processados após a coleta das informações de acordo com as necessidades de cada gestor. Os sistemas contábeis são métodos que utilizamos para acompanhar a evolução patrimonial; o modelo de relatório do quadro 5 foi elaborado por Crepaldi (2011, p. 84).

Quadro 5 – Relatório de Resultados

RELATÓRIO DE RESULTADOS AGROPECUÁRIA PALMIRA LTDA	
RECEITAS	
Venda de macho refugo	
Venda de garrote	
Venda de boi gordo	
TOTAL DAS RECEITAS	
DESPESAS	
Mão de obra	
Compra de machos	
Sal mineral	
Medicamentos	
Manutenção das pastagens	
Motomecanização	
Manutenção da infraestrutura	
Diversos	
TATAL DAS DESPEAS	
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	→ (Receitas – Despesas) – A
Despesas Administrativas	→ B
RESULTADO OPERACIONAL	→ (A – B) = C
INVESTIMENTOS	
Formação de pastagens	
Infraestrutura	
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	→ D
TOTAL	→ (C – D)

Fonte: Crepaldi (2011)

Os relatórios podem ser elaborados de acordo com as necessidades dos usuários, na elaboração, procura-se estruturar as informações que serão coletadas, processadas e imitidas em forma de relatórios. Ao mencionar que as informações serão processadas, cria-se um software para determinada necessidade. Outra forma mais simples de se elaborar um relatório e através do Excel, onde se coletam as informações e aplicam-se as fórmulas.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

2.2.1 História da Agricultura Familiar no Brasil

Com a reforma do Estado brasileiro as implantações das políticas públicas de desenvolvimento que foram o marco do Governo Lula, e em consequência das políticas estabelecidas pelo Governo Militar emergiu-se um modelo de Estado democrático-liberal para a modernização da zona urbana e a implantação de indústrias e modificou na política a agricultura, Bonnal e Maluf (2009) cita que:

A partir do Estado Novo, o modelo econômico autárquico, fundado na promoção da modernização urbano-industrial, trouxe progressivas modificações na estrutura de apoio à agricultura. A preocupação com a substituição de importações se estendeu também à agricultura de mercado interno, cuja atuação assumiu relevante na viabilização do crescimento urbano-industrial (BONNAL; MALUF, 2009, p. 77).

A modernização da agricultura e o desenvolvimento industrial não foram suficientes para atender as demandas, até mesmo pela falta de mão de obra qualificada; com isso, na década de 1960, percebia-se a necessidade de uma legislação para a reforma agrária e as políticas agrícolas, criou-se então a Lei nº 4.504, de 30 de dezembro de 1964, onde dispõem sobre o “Estatuto da Terra” – Lei que assegura os direitos e obrigações aos bens imóveis rurais para “Reforma Agrária” e promoção da “Política Agrícola”, reforma esta que tem por objetivo a redistribuição de terras de acordo com os parâmetros legais.

“Os agricultores familiares foram fragilizados pelas dificuldades de acesso aos mercados agrícola e financeiro, o que representou restrições ao desenvolvimento deste segmento da agricultura brasileira” (MOREIRA, et al. 2017, p. 322).

Com o crescimento urbano e o surgimento das grandes indústrias no ramo de alimentos, cujo objetivo é a importação e exportação dos produtos brasileiros preocupou-se com a matéria prima, estendendo-se à agricultura familiar através de políticas econômicas e sociais para viabilização do crescimento urbano-industrial.

De acordo com Bonnal e Maluf (2009), nas décadas de 1960 e 1970, a modernização da agricultura fez com que se obtivesse uma convivência entre a agricultura tradicional e os complexos agroindustriais. O movimento de expansão horizontal da fronteira agrícola fez surgir grupos econômicos em ramificações específicas de agricultura e pecuária.

No entendimento de Pochmann (2004) a economia brasileira, segundo estudos nas décadas de 1930 e 1970, passou por um ciclo virtuoso de industrialização nacional acompanhada

de uma descontrolada urbanização, onde o crescimento desordenado favoreceu o início de movimentos rumo às grandes cidades.

A realidade rural, até então, conseguia absorver os excedentes populacionais por intermédio das grandes propriedades. Pela nova configuração legal, entretanto, muitos dos trabalhadores não puderam ser aproveitados pelas empresas. Começou, dessa forma, a surgirem os excluídos que se deslocaram para os grandes centros urbanos à procura de melhores condições de vida; com esse êxodo, oriundo do campo, nas grandes cidades formaram-se as favelas (FRANCIO, 2016, p. 70).

Já na década de 1980, com o final dos governos militares e a transição democrática, preocupou-se em fazer a reforma do Estado, com isso, ocorreram grandes mudanças no ciclo político e social. As políticas de modernização da agricultura através das agroindústrias fizeram com que o Estado buscasse políticas específicas de reestruturação do setor público e privado, de acordo com a dimensão do crescimento urbano-industrial, para atender a demanda de pessoas que tem como objetivo a cultivo da agricultura.

As políticas públicas no Brasil, conforme Bonnal e Maluf (2009) constata-se que os setores públicos foram divididos em quatro círculos de decisão:

O primeiro é composto pela Presidência da República, Casa Civil e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, nos quais são tomadas as principais decisões sobre estratégias políticas e econômicas. O segundo círculo de decisão é integrado pelos ministérios técnicos, dentre os quais sobressaem, para o presente objeto, os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, onde são elaboradas políticas públicas específicas. Um terceiro círculo de decisão de políticas engloba os atores privados e respectivas associações, destacando-se, no setor agrícola e rural, duas categorias: (a) “agricultores e médios produtores e suas associações”, integrantes das oligarquias agrárias cujo recorte se tornou mais complexo devido à multiplicação dos interesses rurais e urbanos; (b) “agricultores familiares, trabalhadores rurais e agricultores sem-terra, suas organizações e as ONG”, com as últimas adquirindo força crescente desde princípio dos anos 1990 e, particularmente, desde o início do Governo Lula. Esses atores se diferenciam entre si pelo referencial que mobilizam (agroecologia, agricultura orgânica, agricultura familiar modernizada, papel do meio ambiente, etc.). O Congresso Nacional constitui o quarto círculo de decisões por ter tornado ator relevante a partir da Constituição Federal de 1988, ainda que com poder limitado e refletindo a elevada heterogeneidade de bancadas voltadas, em grande medida, para o acesso ao Palácio do Planalto (BONNAL e MALUF, 2009, p. 79).

A cooperação entre os poderes governamentais para o andamento das políticas públicas fez o Estado estabelecer um elo entre os círculos de decisões e a formação de redes e comunidades de políticas para adoção e práticas de modernização da agricultura – urbano-industrial. Essas políticas, juntamente com a competitividade da agropecuária (na produção de bovino de cortes e leiteiro), até mesmo na agricultura e agricultura familiar, precisam ser construídas com bases que dê sustentação através de práticas que estimulam a cooperação entre os poderes governamentais; para que se dê suporte ao processo de política públicas, dê incentivo da agricultura e pecuária no Brasil e principalmente à agricultura familiar. O objetivo é combater

as diferenças sociais no incentivo de famílias do campo com propriedades pequenas e que estimule a econômica local do município.

Após a reestruturação do Estado, para atender às políticas públicas que tem como foco a agricultura no Brasil e após o crescimento urbano-industrial, Silva (2012) cita que:

No Brasil, uma série de políticas públicas passou a ter como foco a agricultura familiar, tendo como marcos a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e consolidação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, além dos esforços no campo da Reforma Agrária. Se, por um lado, tais ações representam o atendimento às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e movimentos sociais do campo, por outro, relacionam-se a um novo olhar para a agricultura familiar, associando-a como agente estratégico rumo a um desenvolvimento regional e territorial (SILVA, 2012, p. 52).

No Brasil, o termo agricultura familiar ainda é recente e não possui conceitos definidos; foi regulamentada pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece diretrizes a formulações da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Para Schneider (2009, p. 33), “a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos nos quais, a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações e o trabalho em família assume uma importância decisiva”.

A agricultura familiar contribui de forma significativamente para o papel sócio econômico do agronegócio no Brasil, através da própria mão de obra dos componentes familiares, mão de obra essa representada como: “empregos de refúgio”, devido à fragilidade social e econômica na não geração de empregos na zona urbana (SCHNEIDER, 2009).

Para o andamento das políticas públicas passou-se a ter como foco a agricultura familiar, assim, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que tem como objetivo a formulação de ‘políticas públicas’ direcionadas à agricultura familiar e aos empreendimentos rurais e de políticas voltadas para a “reforma agrária”.

2.2.2 Legislação aplicada a Agricultura Familiar

A legislação que regulamenta a agricultura familiar no Brasil é a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece diretrizes à formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais; outra legislação é a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 que regulamenta a política agrícola no Brasil e dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.

De certa forma, essa Lei estabelece em sua redação a reforma agrária, mas, em alguns artigos como 2º que assegura a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra e

condiciona, pela sua função social na forma da legislação; nos incisos 1º nos seus itens ‘a’ ao ‘d’ descreve claramente sobre a propriedade da terra e sua finalidade.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (Lei 4.504, 1964).

Através da reforma agrária surgiu a agricultura familiar, onde as famílias com direito a terra, conforme a legislação buscou o direito de ter uma propriedade rural para o cultivo de produtos para a sua sobrevivência. O Artigo 4º da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, no seu item II cita sobre:

"Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (Lei 4.504, 1964).

A Lei 11.326 cita no artigo 2º:

A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária (Lei 11.326, 2006).

O processo de políticas públicas voltado para a agricultura familiar, como linhas de créditos que venham fomentar o cultivo da agricultura e consequente a comercialização destes produtos seja para comunidade, seja para agroindústrias e indústrias, segundo a Lei 11.326, vem estabelecer política agrícola voltada para a reforma agrária que foi regulamentada em 1964.

No Artigo 4º da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, cita:

A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

- I-descentralização;
- II-sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;
- IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais (Lei 11.326, 2006).

Ambas legislações são claras sobre o uso da terra, e tem por finalidade a produtividade gerando a economia local e ao mesmo tempo, preservando os recursos naturais através da

sustentabilidade ambiental com políticas aos empreendimentos familiares rurais; para se enquadrar nas políticas conforme legislação, o empreendedor familiar rural não pode ultrapassar de 4 módulos fiscais, conforme cita o inciso 1º do Artigo 3º da Lei 11.326: “§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais”.

A Lei 11. 326, de 24 de julho de 2006, vêm estabelecer, especificamente sobre os empreendimentos rurais familiares e suas linhas de créditos conforme o inciso terceiro do Artigo 2º, onde cita que:

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos (Lei 11.326, 2006).

O Conselho Monetário Nacional - CMN, através das políticas de créditos rurais tem por finalidade, fomentar a agricultura familiar nas linhas de créditos de acordo com cada atividade rural. O inciso quarto da mesma lei cita ainda:

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN.

A criação de linhas de créditos veio fomentar a agricultura familiar, através de cooperativas e associações que de certa forma, deram suporte aos agricultores familiares no processo produtivo de seus produtos rurais. O governo deverá criar, através das suas agências de créditos, linhas de financiamentos que atendam as particularidades de cada agricultor.

A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais deverão respeitar os gêneros, níveis sociais, e fomentar a sustentabilidade ambiental, social e econômica através de políticas públicas; o Artigo 5º cita os objetivos, promover planejamento e a execução de ações, objetivando o planejamento de ações onde visa compatibilizar as seguintes áreas:

I-crédito e fundo de aval;
 II-infraestrutura e serviços;
 III-assistência técnica e extensão rural;
 IV-pesquisa;
 V-comercialização;
 VI-seguro;
 VII-habitação;
 VIII-legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;
 IX-cooperativismo e associativismo;
 X-educação, capacitação e profissionalização;
 XI-negócios e serviços rurais não agrícolas;
 XII - agro industrialização (Lei 11.326, 2006).

As políticas adotadas para agricultura familiar no Brasil atenderão a cada região nas suas particularidades e necessidades desde que sigam os objetivos propostos no Artigo 5º da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.

2.2.3 Agricultura Familiar em Goiás

O Estado de Goiás, localizado na Região Centro – Oeste brasileiro, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocupada uma área total de 340.106,492 km² [2016] – com 246 municípios, faz fronteira com os Estados de São Paulo – SP, Minas Gerais – MG, Tocantins – TO, Mato Grosso do Sul – MS, Mato Grosso – MT e Bahia – BA; e apresenta uma densidade demográfica [2010 – hab./km²] 17,65; sua população estimada em 2010 foi de 6.003.788 habitantes e a população estimada para 2017 foi de 6.778.772 habitantes, e o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente em 2016 foi de R\$ 1.140,00.

A agricultura e pecuária são dominantes no Estado de Goiás, a divisão na agricultura é apresentada da seguinte forma: lavoura permanente ou temporária (objeto de estudo em tipos de cultura (área) na agricultura familiar). Segundo o IBGE, os dados sobre a cultura permanente de 2016, onde foram coletados através da pesquisa sobre as culturas; culturas essas que os agricultores familiares cultivam como fonte de renda e sobrevivência e que de certa forma indireta, vêm somar-se à economia do Estado de Goiás.

O Estado é forte na pecuária e na agricultura com grandes propriedades na sua maioria, a agricultura vem ganhando seu espaço através dos pequenos agricultores familiares, tendo como referência, alguns municípios como Itapuranga no plantio de fruta como o maracujá. A tabela 01 demonstra a lavoura permanente no Estado de Goiás.

Tabela 01 – Lavoura Permanente do Estado de Goiás - 2016

Lavoura Permanente do Estado de Goiás - 2016*					
Produto	Quantidade produzida (Ton.)	Valor da produção (em mil reais)	Área destinada à colheita (em hectares)	Área colhida (em hectares)	Rendimento médio (kg/hectare)
Abacate	447	407	71	71	6.296
Banana (cacho)	199.143	149.288	13.574	13.574	14.671
Coco-da-baía	11.796	9.978	880	880	13.405**
Goiaba	4.443	2.988	170	170	26.135
Laranja	156.225	83.270	7.210	7.210	21.668
Limão	5.594	2.908	394	394	14.198
Mamão	2.860	2.540	135	135	21.185
Manga	673	631	61	61	11.033
Maracujá	6.099	7.930	382	375	16.264
Marmelo	200	260	20	20	10.000
Tangerina	15.013	8.591	957	957	15.688
Uva	3.729	9.890	146	146	25.541

*** Os dados apresentados foram extraídos do site do IBGE (Estados), que servirá como base para parâmetro com a produção de lavoura permanente no município de Itapuranga/Goiás;**

****Frutos/hectare.**

A tabela 01, demonstra a lavoura permanente do Estado de Goiás, apresentando a área por colheita em hectares e a área colhida, que de certa forma, verifica-se que a maioria do que foi plantado por hectares foi colhido na mesma proporção, exceto o plantio de maracujá.

Tabela 02 – Lavoura Temporária do Estado de Goiás – 2016

Lavoura Temporária do Estado de Goiás - 2016*					
Produto	Quantidade produzida (Ton.)	Valor da produção (em mil reais)	Área destinada à colheita (em hectares)	Área colhida (em hectares)	Rendimento médio (kg/hectare)
Abacaxi	61.914	63.988	2.815	2.815	21.994**
Alho	28.881	249.222	2.203	2.203	13.110
Amendoim	245	247	70	70	3.500
Arroz (em casca)	108.194	84.650	23.662	22.705	4.765
Batata-doce	3.258	3.825	96	96	33.938
Batata-inglesa	236.192	247.339	5.930	5.930	39.830
Cebola	117.410	89.393	2.549	2.549	46.061
Feijão	330.284	1.399.105	143.250	143.150	2.307
Mandioca	212.687	94.305	13.118	13.078	16.263
Melancia	263.534	124.408	6.347	6.319	41.705
Milho	5.804.842	3.804.881	1.574.541	1.337.699	4.339
Tomate	934.658	424.390	11.457	11.452	81.615

* Os dados apresentados foram extraídos do site do IBGE (Estados), que servirá como base para parâmetro com a produção de lavoura permanente no município de Itapuranga/Goiás;

**Frutos/hectare.

A tabela 02, demonstra a lavoura temporária no Estado de Goiás, por área destinada à colheita e área colhida, e seu rendimento médio por kg/hectares. A maioria dos produtos colhidos foram em proporção à área plantada.

Tabela 03 – Pecuária do Estado de Goiás – 2016

Pecuária do Estado de Goiás - 2016*	
Produto	Cabeças (unidades)
Bovino	22.879.411
Suíno – efetivos dos rebanhos	1.988.478
Suíno – matrizes de suínos – efetivos dos rebanhos	255.441
Vacas ordenhadas – quantidade	2.237.872
Leite – produção – quantidade	2.933.441**
Leite – valor da produção	3.153.657***
Ovos de galinha – produção – quantidade	199.464****
Ovos de galinha – valor da produção	5.449****

* Os dados apresentados foram extraídos do site do IBGE (Estados), que servirá como base para parâmetro com a produção de lavoura permanente no município de Itapuranga/Goiás.

** Mil litros

***Mil reais

**** Mil dúzias

A agricultura e a pecuária são fatores que movimentam a economia no Estado, contribuindo com PIB (Produto Interno Bruto). A agricultura está ganhando seu espaço e colaborando com o desenvolvimento da economia dos Municípios.

2.2.4 Agricultura Familiar no Município de Itapuranga

O Município de Itapuranga – Goiás, cidade que se encontra no território do Vale do Rio Vermelho e microrregião de Ceres, segundo IBGE - fica a 153 km de Goiânia (capital) e de 316 km de Brasília – DF. Sua população foi estimada em 26.125 [2010] e 26.586 [estimada para 2017], sua densidade demográfica [2010], foi de 20,47 (hab./km²); o salário médio mensal dos trabalhadores formais [2015], foi de 1,8 salários mínimos; o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo [2010] representa 34,8%. A renda per capita do PIB – Produto Interno Bruto em 2015 foi de R\$ 13.788. O IBGE (2015) cita que o PIB a preços correntes (R\$ em mil) no ano de 2015 foi de 367.412; o Valor Adicionado Bruto a Preços de Básicos em 2015 com total (R\$ mil) 340.412. A área da unidade territorial [2016], foi calculada em 1.276.479 km². De acordo com IBGE (História e Fotos) a origem do município se deu através:

A origem desta povoação data de 1933, quando os frades dominicanos, sediados na cidade de Goiás, requereram do Estado um título de posse de um lote de terras devolutas, situadas à margem esquerda do Ribeirão Canastra, para a formação de um patrimônio, sob a invocação de São Sebastião. O povoado nascente recebeu o topônimo de “Xixá”, em virtude da celebração da primeira missa campal à sombra de um enorme “Xixazeiro”. Com a instalação de uma loja de tecidos, por Joaquim Moreira da Silva, e a forte influência dos fazendeiros Salomão Clementino de Faria e Virgílio José de Barros, a povoação atingiu alto nível de progresso, acelerado com a vinda do operante incentivador Zaqueu Alves de Castro que instalou a primeira escola pública e obteve o plano de uma estrada ligando o povoado à cidade de Goiás (IBGE, Histórias e Fotos).

O município é referência no Estado de Goiás na questão da agricultura familiar, de acordo com Matos e Marim (2009, p. 198): “Desde a década de 1990, o município de Itapuranga se destaca como importante polo na produção de frutas em Goiás, especialmente maracujá, mamão e banana, associadas à produção de leite, hortaliças e gêneros alimentícios de autoconsumo familiar”.

Matos (2007) cita ainda:

O sistema de produção desenvolvido pelos agricultores familiares que se estabeleceram em Itapuranga esteve orientado para a diversificação produtiva, visando atender as necessidades alimentares do grupo familiar e a comercialização de excedentes. Assim, de acordo com os relatos históricos, os sistemas de cultivo consideravam a produção de arroz, milho, feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, algodão, amendoim, frutas nos quintais, como também as hortas. Esses cultivos diversificados de gêneros alimentícios já eram conhecidos dos agricultores, uma vez que as técnicas de produção eram passadas entre as gerações. Os sistemas de criação de animais domésticos, para uso nos serviços, na alimentação ou na complementação da renda familiar, também faziam parte da composição dos sistemas de produção (MATOS, 2007, p. 34-35).

No Município de Itapuranga, encontra-se a COOPERAFI – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itapuranga, que busca dar suporte aos agricultores filiados e oferece agrônomos capacitados como suporte. Essa cooperativa tem uma pequena indústria onde se transforma a matéria prima (frutas) em polpas que são comercializadas no município e regiões. No município, todas as quintas-feiras, ocorre na praça principal a feira dos agricultores familiares, onde são comercializados produtos de origem da agricultura familiar.

A COOPERAFI busca fomentar projetos ligados diretamente a essa atividade, através de parcerias ou convênios, Vieira cita alguns:

Os projetos são desenvolvidos pela UFG – Universidade Federal de Goiás, financiados pela CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cuja proposta é o estabelecimento de processos participativos por meio da formação e capacitação dos agricultores cooperados, no sentido de restaurar sistemas de produção de frutas e hortaliças dentro de uma visão agroecológica (VIEIRA, 2009, p. 17).

Nas tabelas 4 e 5 observamos a diversificação do município na agricultura seguindo da pecuária, ambos contribuem para o crescimento da cidade. O comércio também tem sua

contribuição através de pequenas confecções de roupas, todas as atividades econômicas, seja na área rural ou comercial na cidade de Itapuranga têm sua contribuição com PIB do Estado.

A origem da agricultura familiar na cidade de Itapuranga teve seu surgimento no plantio de maracujá, Vieira (2009), cita:

Inicialmente, a fruticultura em Itapuranga desenvolveu-se em grande parte por meio do cultivo do maracujá, devido à compatibilidade do tamanho das propriedades com este tipo de lavoura. O bom desempenho desta atividade, assim como as atraentes perspectivas de comercialização, fez com que um grande contingente de agricultores aderisse a tal cultivo (VIEIRA, 2009, p. 14).

A maioria das propriedades rurais é de agricultores que migraram para o plantio de frutas como o maracujá, mamão e pequenas hortaliças, os agricultores comercializam seus produtos na feira do agricultor que acontece semanalmente na cidade.

O IMB, apresenta dados relativos à produção agrícola e pecuária do ano de 2016, apenas os estabelecimentos agropecuários demonstram a utilização das terras nas culturas temporárias e permanente; sobre a agricultura familiar e crédito rural, os dados disponibilizados foram de 2006.

Ao trabalhar a agricultura familiar no município de Itapuranga, foi necessário citar algumas economias das áreas afins para demonstrar o desenvolvimento regional na cidade. Segundo a tabelas a seguir, a agricultura familiar está inserida nos dados gerais, em termos de produção de produtos e demonstrado também nos dados específicos da agricultura familiar e crédito rural.

Tabela 4 – Produção Agrícola de Itapuranga - 2016

Produção Agrícola de Itapuranga – 2016					
Produto	Área colhida	(ha)	Quantidade produzida (t)	Total de área colhida (ha)	Total de quantidade produzida (t)
Arroz (sequeiro)	20		48	20	48
Banana	-		-	-	-
Café	-		-	-	-
Coco da baía	-		-	-	-
Feijão	15		8	15	8
Mamão	15		280	15	280
Mandioca	20		300	20	300
Manga	-		-	-	-
Maracujá	90		1440	90	1440
Marmelo	-		-	-	-
Melancia	200		7000	200	7000
Milho	550		1980	550	1980
Palmito	380		7280	230	7280
Soja	200		480	200	480
Tomate de mesa	-		-	-	-
Tangerina	-		-	-	-
Uva	-		-	-	-
Os dados foram extraídos do Instituto Mauro Borges. Foram citadas apenas as produções passíveis de serem cultivadas pelos agricultores familiares.					

O município de Itapuranga é diversificado pelo plantio desde a plantação de arroz até a soja, passando pelos plantios de frutos como mamão e maracujá. A quantidade maior de produto recolhido foi o palmito 7280 toneladas em seguida da melancia com 7000 toneladas.

Tabela 05 – Pecuária de Itapuranga – 2016

Pecuária de Itapuranga – 2016	
Animais	Cabeças (cab)
Efetivo de Aves	149.430
Efetivo de Codornas	730
Efetivo de Galináceos	148.700
Efetivo do Rebanho Bovino	158.338
Efetivo do Rebanhos Bubalinos	465
Efetivo do Rebanhos Caprinos	77
Efetivo do Rebanho Equinos	2910
Efetivo do Rebanho Ovinos	600
Efetivo do Rebanho Suínos	11.640
Efetivo do Rebanho de Vacas Ordenhadas	30.950
Produção de Origem Animal de Itapuranga – 2016	
Produtos	
Leite (mil)	34.895
Mel de abelha – Quantidade produzida (kg)	4.500
Ovos (mil dz)	389
Ovos de Codornas – Quantidade (mil dz)	4
Ovos de Galinhas – Quantidade (mil dz)	385

Na tabela 05, demonstra-se a pecuária e a origem da produção animal no ano de 2016, destacando o rebanho bovino em seguida as aves. O leite também é forte no município.

Tabela 6 – Estabelecimentos Agropecuários de Itapuranga – 2006

Estabelecimentos Agropecuários de Itapuranga – 2006	
Utilização em Terras	Número
Utilização de Terras – Estabelecimentos – Total	1.459
Lavouras Permanentes	198
Lavouras Temporárias	1.610
Terras em Pastagens Naturais	270
Terras em Pastagens Plantadas	1.462
Matas Naturais	1.162
Matas Plantadas	8
Utilização de Terras – Área Total (há)	68.080
Terras em Lavouras Permanentes	553
Terras em Lavouras Temporárias	10.576
Terras em Pastagens Naturais	5.961
Terras em Pastagens Plantadas	36.364
Terras em Matas Naturais	12.324
Terras em Matas Plantadas	35

Os estabelecimentos agropecuários apresentados foram de 2006, última pesquisa feita pelo IBGE; no município a utilização de terras é de 68.080 da área.

Tabela 7 – Agricultura Familiar e Crédito Rural no Município de Itapuranga – 2006

Agricultura Familiar e Crédito Rural no Município de Itapuranga – 2006			
Indicador	Variável	Quantidade	
Assistência Técnica	Total de estabelecimentos	1.459	
Assistência Técnica	Governo (Federal, Estadual ou Municipal)	146	
Assistência Técnica	Cooperativas	6	
Assistência Técnica	Empresas integrador	30	
Assistência Técnica	Empresas privadas de planejamento	7	
Assistência Técnica	Organização não governamental	0	
Assistência Técnica	Outra Origem	3	
Indicador	Variável	Quantidade	R\$
Renda de produtores rurais	Produtos vegetais	5.805	1.000,00
Renda de produtores rurais	Animais e seus produtos	28.050	1.000,00
Renda de produtores rurais	Pescado capturado	2.292	1.000,00
Renda de produtores rurais	Recursos de aposentadorias ou pensões	2.223	1.000,00
Renda de produtores rurais	Outros	3.929	1.000,00
Programa de fortalecimento da agricultura familiar	Quantidade de empréstimos	3.929	1.000,00
Programa de fortalecimento da agricultura familiar	Valor total dos empréstimos	-	7.102.757

A agricultura familiar é forte no município e vem se destacando no Estado de Goiás onde demonstra que a renda média dos agricultores nos últimos dados apresentados pelo IBGE sobre a agricultura, foi no ano de 2006. Os dados são diversificados e verificados através do indicador de assistência técnica e do indicador de renda de produtores rurais por atividade executada.

2.2.5 Tipos de Cultura na Agricultura Familiar

A agricultura está dividida em duas partes: **primeira** – cultura temporária que é o tipo de plantio temporário; o cultivo é feito em períodos e após a colheita precisa-se fazer o novo plantio; **segunda** – cultura permanente é aquela que é feito o plantio e a colheita é feita por varias vezes até que a plantio atinja seu tempo de vida útil. Vida essa, que na ótica da contabilidade rural, é chamada de depreciação ou exaustão conforme a natureza do plantio.

Para Marion (2012), no conceito de contabilidade devemos considerar basicamente o tipo de cultura existente: cultura temporária ou cultura permanente (perene).

Cultura temporárias: São aquelas sujeitas ao plantio após a colheita. Normalmente, período de vida curto. Após a colheita, são arrancadas do solo para que seja realizado novo plantio. Exemplos: soja, milho, arroz, feijão, batata, legumes... Esse tipo de cultura é também conhecido como anula.

Cultura permanente: São aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. Normalmente atribui-se às culturas permanentes uma duração mínima de quatro anos (MARION, 2012, p. 17-18).

Na ótica da contabilidade, a cultura que dura mais de quatro anos e propicia mais de uma colheita, já é considerado permanente; ao contrário da cultura temporária, que a cada colheita tem que se refazer ou plantio.

Outros itens importantes que definem o tempo de vida na agricultura são as depreciações e exaustões. Depreciação é a perda do valor do ativo imobilizado e a exaustão é a perda do valor dos recursos naturais. Para Crepaldi (2011, p. 127), **Depreciação** – aplica-se somente aos bens tangíveis, como por exemplos: máquinas, equipamentos, etc. **Exaustão** – aplica-se somente aos recursos naturais exauríveis, como por exemplos: reservas florestais, petrolíferas, etc.

No quadro 6, verifica-se a classificação das culturas temporárias e permanentes no conceito da contabilidade, conforme as atividades comuns praticadas pelos agricultores familiares.

Quadro 6 - Tipos de Cultivos e Classificação

Cultivo	Classificação
Mamão	Temporária
Maracujá	Temporária
Abacaxi	Temporária
Banana	Temporária
Laranja	Permanente
Tomate	Temporária
Hortaliças	Temporária

A EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária define sobre módulos fiscais de acordo com a Lei 11.326 no seu artigo 3º:

Módulos fiscais é uma unidade de medida, em hectares cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura, permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de “propriedade familiar”. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares (EMBRAPA).

A Lei nº 6.746/1979, alterou alguns dispositivos da Lei nº 4.504/1964 do Estatuto da Terra, o qual regulamenta os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. A regulamentação, expressa o valor da área mínima necessária para produzir os insumos agrícolas e as atividades pecuárias; define essas, como módulos fiscais que são utilizados como alíquota para cálculo do ITR – Imposto Territorial Rural (INCRA).

A classificação dos imóveis rurais para pequenas propriedades está definida conforme a Lei nº 8.629/1993, que dispõem sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, no seu Artigo 4, II e III, em que cita:

II - Pequena Propriedade - o imóvel rural: a) de área até quatro módulos fiscais, respeitada a fração mínima de parcelamento;
 III - Média Propriedade - o imóvel rural: a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais (LEI, 8.629/1993)

A definição do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, dada pela Lei nº 11.326/2006, inclui o agricultor na categoria de módulos fiscais, especificando que, sua área de propriedade não pode ultrapassar a 4 módulos fiscais. Segundo o INCRA:

No novo “Código Florestal” (Lei nº 12.651/2012) o valor do módulo fiscal é utilizado como parâmetro legal para sua aplicação em diversos contextos, como na definição de benefícios atribuídos à pequena propriedade ou posse rural familiar; na definição de faixas mínimas para recomposição de Áreas de Preservação Permanente; da manutenção ou recomposição de Reserva Legal, entre outros (INCRA, 2013).

No sistema nacional de cadastro rural, são apresentados os índices básicos de 2013, conforme o INCRA define os módulos fiscais por municípios; o código do município de Itapuranga é 5211206 e seu módulo fiscal (ha) é de 20, com 2750 imóveis cadastrado e com uma área (ha) 129.058,0. Os módulos fiscais são definidos por legislação conforme o enunciado acima e tem por finalidade, definir o espaço da área ocupada para enquadrar em benefícios através de políticas públicas do governo federal e para a legislação do imposto de renda.

2.3 ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

2.3.1 Políticas de Desenvolvimento na Agricultura Familiar

O Brasil é um país forte na pecuária e na agricultura, grande responsável por boa na produção e na geração de empregos, segundo o MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, o valor da produção agropecuária (VPB) de 2017 foi de 550,4 bilhões. E teve um acréscimo de 4,2% sobre os R\$ 528,3 bilhões de 2016, a maior contribuição para o crescimento foram as lavouras, principalmente o plantio do algodão, milho e soja. Segundo dados do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar é um importante segmento para o desenvolvimento da economia do Brasil. São aproximadamente 4,4 milhões de famílias de agricultores, o que representa 84% dos estabelecimentos rurais no Brasil e 38% da produção pecuária oriundas da agricultura familiar, que é responsável em 50% pelos alimentos da cesta básica brasileira, fator predominante no controle da inflação brasileira.

O Governo Federal implantou políticas públicas de incentivo à Agricultura Familiar chamado Plano Safra definindo, as políticas de incentivo por um período de 4 anos, denominado de “Plano Plurianual”. O Governo Federal enfatiza que a “agricultura familiar é um importante segmento para o desenvolvimento do Brasil”. Segundo a SEAD – (2017/2020): “O Plano Safra 2017/2020, agora plurianual, reafirma o compromisso do Governo Federal para a ampliação da produção de alimentos e a garantia de crédito mais barato a aqueles que produzem a comida que chega à mesa dos brasileiros”.

Tendo em vista as políticas do governo federal conforme Plano Safra 2017/2020, através do Banco do Brasil, o governo oferece crédito rural tendo como objetivo, fomentar a agricultura

familiar no Brasil. Buainain et al. (2014, p. 830-831) descreve, a importância do crédito rural no Brasil:

Como em qualquer atividade capitalista, o crédito é um instrumento fundamental para agropecuária. A acentuada sazonalidade da produção agrícola; os prazos longos de maturação do processo produtivo, que em alguns produtos é de vários anos; o descasamento temporal entre despesas e receitas, concentradas em diferentes épocas do ano são especificidades que tomam a atividade agropecuária mais dependente de capital de giro – pode ser próprio ou de terceiro – e de financiamento para investimento em condições compatíveis com o ciclo da produção (BUAINAIN, 2014, p. 830-831).

O governo federal elaborou, através do Plano Safra 2017/2020, um conjunto de ações para fortalecer a agricultura familiar criando os 10 eixos de atuação da agricultura familiar. Segundo a SEAD (2017/2020): “São ações para oferecer segurança jurídica da terra, com titulação e regularização fundiária; seguro produção; ações para o Semiárido; Assistência Técnica e Extensão Rural; entre outros”.

As ações da SEAD, através dos 10 eixos buscam fomentar a agricultura familiar, abaixo serão apresentados alguns pontos importantes como taxa de juros, recurso destinado, política de asseguarção do programa, conforme cada eixo.

Eixo 01: PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: busca apoiar a ampliação da produção de alimentos garantido créditos mais baratos para os agricultores familiares com juros baixos, variando entre 0,5%, 2,5% e 5,5% ao ano. A SEAD, disponibilizou para 2017/2020, 30 bilhões em créditos, que são suficientes para atender as demandas do setor.

As políticas que asseguram a produção segundo a SEAD é:

O Plano Safra 2017/2020 fomenta programas que o sustento de agricultores familiares continue existindo, mesmo quando a colheita não é boa. São eles o Garantia-Safra, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) e o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) (SEAD, 2017/2020).

A Garantia-Safra busca dar suporte aos agricultores que sofreram perdas de safra, em decorrência à seca nas regiões majoritariamente semiáridas. Segundo a SEAD: “atualmente, são atendidos agricultores familiares da região Nordeste do país e do estado de Minas Gerais (Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas)”.

Sobre o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar, a SEAD, cita:

O PGPAF assegura às famílias agricultoras que acessam o Pronaf, nas modalidades Custeio ou Investimento, um desconto no pagamento do financiamento correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia no pagamento do financiamento correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço do produto. O pagamento é feito somente em casos de baixa de preços no mercado. A tabela com os produtos que têm o desconto é publicada mês a mês no Diário Oficial da União (DOU) e o bônus, então, é aplicado pelo banco no saldo devedor dos

financiamentos do Pronaf efetivados para os produtos da lista, garantido que os agricultores tenham assegurado, no mínimo, o custo de produção para o pagamento do que foi financiado (SEAD, 2017/2020).

O Seguro da Agricultura Familiar (SAF), segundo a SEAD, funciona como um seguro de multirrisco onde o agricultor contrata junto com as operações de custeio da agricultura familiar. Para se ter acesso a esse benefício, o agricultor paga uma taxa de 3% sobre o risco da cultura e uma taxa de 2% para lavouras irrigadas. Os agricultores familiares podem recorrer a esse seguro se as perdas forem superiores a 30% e não tiverem irregularidades nas lavouras, bastando, ir ao banco e acionando o sinistro onde o agricultor faz a COP – Comunicação de Ocorrência de Perda.

Eixo 02: PNCF – Novo Programa Nacional de Crédito Fundiário: o programa busca oferecer incentivo aos trabalhadores rurais sem terra e também, aos que possuem pouca terra que queiram adquirir um imóvel rural, casa, preparo do solo ou implementos. O PNCF oferece assistência técnica para que o agricultor desenvolva esses projetos de forma independente.

Segundo a SEAD:

O novo formato do PNCF reajusta os limites de financiamento, aumenta o limite de renda por família e aumenta também o prazo para pagamento e carência. Além disso, há simplificação do fluxo de tramitação, do processo de contratação e do checklist: tudo padronizado e menos burocrático. Há também mais estímulo e melhores condições para o acesso da juventude ao programa. Atualmente mais de 40% do público que acessa ao programa é jovem e tem até 29 anos (SEAD, 2017/2020).

O PNCF contempla o trabalhador na aquisição de terras desde que, enquadrado na categoria sem terra pelo INCRA, ou o trabalhador que já tem sua pequena propriedade e queira aumentá-la com a aquisição de mais terras; ou construção de uma casa ou no preparo do solo para o plantio.

Eixo 03: Regularização Fundiária (Programa Terra Legal): Segundo a SEAD, o programa terra legal: “promove a destinação e a regularização fundiária de terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal, região que abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins”.

Este programa busca regularizar e titular as áreas citadas, além de possibilitar mais qualidade de vida no meio rural e movimentar a geração de mais riquezas no país. O programa Terra Legal, busca de certa forma segundo a SEAD, combater o desmatamento e a redução de conflitos agrários na região amazônica, onde promoverá a segurança jurídica e permitirá ao agricultor, acessar as políticas públicas governamentais.

Eixo 04: Regulamentação da Lei da Agricultura Familiar – Segundo a SEAD:

O Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. O CAF promoverá avanços na identificação e controle dos agricultores familiares que acessam as políticas públicas do setor (SEAD, 2017/2020).

O decreto busca estabelecer requisitos mínimos para a identificação de uma Unidade Familiar de Produção Agrária, o Art. 3º que trata da unidade familiar de produção agrária deverá simultaneamente atender aos seguintes requisitos:

1. Possuir, qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;
2. Utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
3. Auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
4. Ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

De certa forma, isso já vem acontecendo com os produtos da agricultura familiar, onde os mesmos buscam, através da terra e da mão de obra cultivar produtos e comercializá-los.

Eixo 05: Agricultura Orgânica – Os produtos orgânicos vêm ganhando seu espaço no mercado, a agricultura familiar tem papel fundamental no abastecimento desses produtos. Como incentivo, o Governo Federal oferece empréstimos com uma taxa de 2,5% a.a. e juros diferenciados.

Eixo 06: Apoio à modernização Produtiva – Segundo a SEAD:

Para agregar valor ao que é produzido no campo serão abertas novas chamadas públicas voltadas para a estruturação de fêrias da agricultura familiar e para aquisição de patrulhas mecanizadas, equipamentos para agroindústrias e sementes e insumos. São ações que fortalecem o setor, dando estrutura aos agricultores e ajudando a promover o desenvolvimento individual e coletivo no campo (SEAD, 2017/2020).

Este projeto tem parceria com a EMBRAPA e através da SEAD, realizará diagnósticos dos serviços de inspeção para que sejam publicadas normas específicas às agroindústrias, outra ação, buscará capacitar novos técnicos de inspeção sanitária.

Eixo 07: Comercialização – O Governo Federal através da SEAD incentiva e apoia através de políticas públicas, os agricultores familiares em programas que garantam a compra do que é produzido no campo; os das políticas públicas é o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

Eixo 08: Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER: tem por finalidade dar suporte ao agricultor na melhoria da renda e qualidade de vida no campo. A SEAD, cita: “é um serviço

que, além de levar informação e orientação técnica, representa incremento de renda e inclusão produtiva para a agricultura familiar, ao viabilizar mais possibilidades de comercialização da produção”.

Eixo 09: Agricultura Urbana e Periurbana – A SEAD sobre a agricultura urbana e periurbana descreve que é:

fortemente ligada à agricultura familiar, pois pode ser realizada por indivíduos, organizações formais ou informais em espaços públicos ou privados. A prática está vinculada a economia, saúde, meio ambiente, lazer e cultura e contribui ecologicamente para a melhoria da produtividade. Além disso, promove a diversidade social e a segurança alimentar e nutricional da população (SEAD, 2017/2018).

O governo federal com esse programa, busca incentivar através de políticas públicas, a estruturação das cadeias de produção nas cidades onde se trabalham o consumo e comercialização. Neste sentido, a agricultura familiar será a beneficiada com projeto do governo federal.

Eixo 10: Ações Integradas no Semiárido – Mais conhecido como projeto Dom Helder Câmara:

é um programa de ações referências de combate à pobreza e de apoio ao desenvolvimento rural sustentável no Semiárido. O objetivo é contribuir para a redução da pobreza rural e das desigualdades, mitigando aos efeitos causados pelas condições climáticas adversas, por meio da integração de políticas públicas federais, estaduais e municipais (SEAD, 2017/2020).

Esse projeto tem o foco os agricultores da região do semiárido brasileiro, buscando dar suporte aos produtores atingidos pelas secas. O governo federal, em conjunto com os Estados e Municípios oferecerá:

fomento individual (projetos de inclusão produtiva); inovação tecnológica, comercialização; projetos de abastecimento de água; alimentação animal, com a distribuição de palma forrageira (vegetal resiste ao clima seco e usa para alimentar os rebanhos); crédito rural; Garantia-Safra e seguro da produção (SEAD, 2017/2020).

Segundo Buainain (2014), as políticas públicas do governo federal através de linhas de créditos de financiamento sempre vêm ocupando o destaque das políticas do governo na área da agricultura. Da mesma forma que os problemas encontrados com créditos, são sempre destaque nos diagnósticos, busca-se solucionar as dificuldades do desenvolvimento rural de forma geral, tendo o crédito como principal instrumento no fomento da agropecuária desde a era das políticas cafeeira nas primeiras décadas do século 20. O Banco do Brasil é o que representa o governo federal na liberação dos créditos de financiamentos aos agricultores familiares, o quadro 7 é apresentado às linhas de créditos com taxas de juros e prazos.

Quadro 7 – Linhas de Créditos, Taxas de Juros e Prazos

Pronaf	Objetivo	Beneficiário	Limite Financiável	Taxa de Juros	Prazo
Agroindústria Investimento	Crédito para produção agropecuária, produtos artesanais e turismo rural	Empreendimentos familiares (pessoas jurídicas), cooperativas e produtores familiares, exceto enquadrados no grupo A/ A/C e B.	• Pessoa física: até R\$ 165 mil, por beneficiário/ano agrícola • Pessoa jurídica: até R\$ 330 mil, respeitado limite individual por sócio/participante • Cooperativa: até R\$ 35 milhões, respeitado limite individual de 45 mil por cooperado	5,5% a. a	Até 10 anos, com até 3 anos de carência, de acordo com item financiado
Florestal	Crédito para sistemas agroflorestais sustentáveis	Produtores familiares que apresentam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)	Até R\$ 38,5 mil, dependendo do empreendimento financiado e do grupo no qual o beneficiário está enquadrado	2,5% a.a.	• Para sistemas agroflorestais: até 20 anos, com até 12 anos de carência. • Para demais financiamentos: até 12 anos, com até 8 anos de carência.
Agroecologia	Crédito para investir em sistemas de produção agroecológica ou orgânica	Produtores familiares que apresentam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), exceto enquadrado nos grupos A A/C e B	Até R\$ 165 mil, por beneficiário/ano agrícola	5,5 % a. a	Até 10 anos, com até 3 anos de carência.
Crédito Rural Pronaf Eco	Invista nas práticas sustentáveis e colha os frutos que a tecnologia ambiental oferece	Produtores familiares que apresentam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), exceto enquadrado nos grupos A A/C e B	Produtores que aderirem ao programa possuem um limite máximo de financiamento de R\$ 165 mil.	2,5% a. a para projetos eco. 5,5% a.a. para silvicultura	Até 12 anos, com até 8 anos de carência, dependendo do empreendimento financiado.
Pronaf Eco Dendê e Seringueira	Implantação das culturas do dendê e seringueira	Produtores que apresentam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), exceto os enquadrados no grupo B.	Até R\$ 88 mil descontando-se os valores das operações vigentes ao amparo do Pronaf Mais Alimentos.	Entre 2,5% a.a. 5,5 a.a. conforme item financiado.	Dendê: até 14 anos, com carência de até 6 anos. Seringueira: até 20 anos, com carência de até 8 anos.
Pronaf Mulher	Crédito de	Produtoras	Até R\$ 165 mil.	Entre 0,5%	Grupos A A/C e B a

	investimento para atender às necessidades da mulher produtora rural.	familiares que apresentem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).		a.a. e 5,5% a.a. conforme a linha de crédito.	anos. Demais agricultoras: até 10 anos, com 3 anos de carência.
Crédito Pronaf Jovem	O BB oferece aos jovens agricultores crédito rural investir e ampliar seu agronegócio.	Jovens agricultores, maiores de 16 anos e até 29 anos, pertencentes às famílias que apresentam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).	Até 16, 5 mil	2,5% a.a.	Até 10 anos, com 3 anos de carência.
Pronaf Semiárido	Créditos de investimento em projetos de convivência com o semiárido.	Produtores familiares que apresentem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).	Até 20 mil.	2,5% a.a.	Até 10 anos, incluídos até 3 de carência.
Pronaf Mais alimentos*					
Crédito Rural Pronaf Custeio	Para despesas da agricultura familiar.	Produtor familiar com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), exceto do grupo A e A/C.	Até 250 mil por ano agrícola.	Entre 2,5% a.a. e 5,5% a.a.	Conforme tabela disponível no Banco do Brasil.
Crédito Fundiário	Aquisição de terras e implantação inicial da atividade agropecuária.	Trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores rurais arrendatários, parceiros, meeiros agregados, posseiros e proprietários de minifúndios.	Até 80 mil.	Entre 0,5% a.a. e 2,5% a.a.	Até 20 anos, com até 3 anos de carência.
Proagro*	Protege o crédito do produtor rural em caso de fenômenos naturais, pragas e doenças.				
* Dados como valor a financiado, taxa de juros e carência, não estava disponível no site do Banco do Brasil.					

O Pronaf está dividido em grupos, conforme o Banco do Brasil, os grupos são:

- ✓ **Grupo A:** assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agraria (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).
- ✓ **Grupo A/C:** assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que tenham contratado a primeira operação no Grupo A e que não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo A/C.
- ✓ **Grupo B:** beneficiários cuja renda bruta familiar anual não seja superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente.

As linhas de crédito do Pronaf estão divididas em grupos, e o grupo que o agricultor familiar se enquadra para solicitar empréstimos para custeio, é o Grupo B, desde que, a renda bruta familiar anual não seja superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e que não tenha funcionário permanente; o Banco do Brasil cita:

Com Pronaf Investimento Grupo B, é possível obter crédito para investir na implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. São financiados investimentos destinados à construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações na propriedade rural, aquisição de máquinas e equipamentos de matrizes, entre outras melhorias (Banco do Brasil).

O Banco do Brasil, um banco público do governo federal, está mais focado em produtores de menor porte (Pronaf) e Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Os produtores rurais de grande porte, considerados como empresários, geralmente fazem financiamentos com bancos privados (BUAINAIN, 2014).

Para Buainain,

A criação do Pronaf pode ser considerada a tentativa do Estado brasileiro para facilitar o acesso dos pequenos agricultores às novas tecnologias de produção via concessão de crédito agrícola subsidiado e de ações específicas quanto à comercialização da produção e ao acesso à assistência técnica, entre outras políticas públicas (BUAINAIN, 2014, p. 851).

O agricultor, ao recorrer às políticas públicas de financiamento rural como o Pronaf, através do Banco Brasil, precisa se enquadrar no Grupo B, ter uma boa gestão de sua propriedade e saber gerir seus negócios.

Crepaldi cita:

Para um gestor rural, o conhecimento técnico, a sensibilidade e a competência pelo diagnóstico da empresa determinam grande parte do seu sucesso na agropecuária devido às múltiplas atividades e ao volume financeiro das operações, constituindo-se na realidade, como uma empresa, apesar de nem sempre estar estruturada e denominada dessa forma (CREPALDI, 2011, p. 41)

O agricultor ao conseguir o empréstimo, precisa saber administrar a distribuição (aplicação) desse dinheiro no que foi proposto, conforme solicitação/proposta junto ao Banco do Brasil. E na prestação de contas desse dinheiro junto aos órgãos competentes e até mesmo na gestão de sua pequena propriedade, a pesquisa buscará investigar se o agricultor familiar utilizará de maneira correta as ferramentas da contabilidade.

O agricultor terá que ser um administrador e conhecedor das ferramentas de gestão e contabilidade na condução de sua pequena propriedade, onde deverá apresentar um plano como orçamento, elaborar um sistema de relatório e controle que permita acompanhar o andamento do dinheiro investido na sua propriedade, pois, terá que gerar receitas, que serão deduzidas das despesas e custos para ter um possível lucro. Uma parcela desse lucro terá que ser utilizado na quitação do financiamento solicitado ao Banco do Brasil.

3. METODOLOGIA

A metodologia em sua primeira etapa está fundamentada na pesquisa bibliográfica, de acordo com Mendonça, Rocha e Nunes (2008, p. 63), “a pesquisa bibliográfica são textos escritos a partir de leitura e análise de diversas posições teóricas acerca de um tema, previamente determinado e delimitado, que se pretende conhecer melhor”.

Boni e Quaresma cita sobre pesquisa bibliográfica:

Em linhas gerais a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Ela abrange: publicações avulsas, livros, revistas, vídeos, internet, etc. (BONI e QUARESMA, 2005, p. 69).

O estudo da pesquisa bibliográfica teve como referência a contabilidade; história da agricultura familiar no Brasil em Goiás e em Itapuranga. Foi abordada a legislação da agricultura e as atividades extensionistas com foco no PRONAF.

Por se tratar de coleta de dados em questionário que foram estruturados para entrevista, os dados dos relatos dos agricultores serão por escrito.

Para Boni e Quaresma (2005, p. 73), “entrevista estruturada são elaboradas mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas”.

Pretende-se com essa metodologia atingir os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Mapear o conhecimento das práticas contábeis na atividade da agricultura familiar;
- ✓ Identificar as ferramentas contábeis em uso próprio ou em busca de créditos para utilização das atividades produtivas;
- ✓ Levantar as dificuldades e necessidades dos agricultores familiares na utilização das ferramentas contábeis no processo produtivo até a comercialização dos produtos;
- ✓ Elaborar modelo de relatório contábil na identificação de custo, receita e lucro com base na dificuldade e necessidade do agricultor familiar.

Outra metodologia, adotada para atingir os objetivos específicos é a amostragem por conveniência, onde na oportunidade casual, o método que será utilizado para conseguir os objetivos é através da conveniência, podendo ser utilizado pesquisa com dois, três ou mais entrevistados, para obter a resposta dos possíveis resultados da pesquisa.

4. COLETA E ANALISE DOS DADOS

4.1 Caracterizações dos Agricultores Familiares

Os agricultores familiares entrevistados são residentes na zona rural do Município de Itapuranga – Goiás, alguns são associados à Cooperafi, onde obtém apoio pela atual gestão; outros agricultores não são cooperado porque não veem vantagens. A pesquisa buscou identificar a utilização, conceitos e ferramentas contábeis pelos agricultores no processo produtivo de acordo com suas atividades econômicas. Eles, contam com ajuda de algum profissional para auxiliar na elaboração de relatórios e tipo de informação gerencial que precisam no auxílio de tomada de decisão.

A pesquisa sugeriu a elaboração de um modelo de relatório de acordo com as necessidades dos agricultores. Outro ponto abordado está relacionado às atividades extensionistas, conforme referencial teórico. Na pesquisa de campo foram entrevistados a Cooperativa, a Emater, os Sindicatos e o Senar, como mediadores entre o Governo Federal e agricultores na aquisição do PRONAF e no auxílio de treinamento e consultoria.

As entrevistas foram realizadas nas propriedades rurais dos agricultores no período de 24 de maio a 16 de julho de 2018.

No apêndice 4, demonstra a transformação de alqueire para hectare, a entrevista os agricultores relataram o tamanho da propriedade em alqueires.

No quadro 8 constam a descrições do perfil dos agricultores.

Quadro 8 – Descrição do perfil dos agricultores.

Agricultor	Distância	Gênero	Faixa de Idade	Escolaridade	Quantidade de Membros na Família	Renda	Tempo de Agricultura	Terra Própria ou Arrendada	Tamanho da Propriedade em Hectare	Atividade Econômica		
										Agricultura	Pecuária	Agroindústria
1	6 km	M	0	Segundo grau	2	R\$ 2.000,00	18 anos	Arrendada	5	X	-	-
2	2km	M	8	Ensino Fundamental	4	R\$ 2.862,00	4 anos	Própria	5	X	-	-
3	7km	F	5	Ensino Fundamental	4	R\$ 1.500,00	25 anos	Própria	6	X	X	X
4	8km	M	8	Ensino Médio	4	R\$ 1.908,00	8 anos	Própria	7	X	X	X
5	5km	M	2	Ensino Superior	3	R\$ 3.200,00	20 anos	Própria	1	X	X	-
6	3km	M	2	Ensino Fundamental	4	R\$ 2.000,00	20 anos	Própria	9	X	X	-
7	12km	M	9	Ensino Fundamental	2	R\$ 1.500,00	18 anos	Própria	2	X	X	X
8	9km	M	3	Ensino Médio	8	R\$ 954,00	50 anos	Própria	8	X	X	-
9	12km	M	1	Ensino Fundamental	4	R\$ 3.000,00	51 anos	Própria	7	X	X	X
0	13km	M	9	Ensino Médio	2	R\$ 954,00	40 anos	Própria	9	X	X	-
1	10km	M	1	Ensino Primário	3	R\$ 2.000,00	27 anos	Arrendada	7	X	-	-
2	1km	M	5	Ensino Primário	2	R\$ 1.908,00	58 anos	Própria	6	X	X	-

3	1km	M	7	Ensino Superior	2	R\$ 1.908,00	5 anos	Arrendada	7	X	-	-
4	7km	M	2	Ensino Primário	4	R\$ 1.908,00	29 anos	Própria	2	X	-	-
5	5km	M	4	Ensino Médio	2	R\$ 1.908,00	10 anos	Arrendada	3	X	-	-
MÉDIA												
Distância								8,4km				
Idade								49				
Quantidade de membros na família								3				
Renda								R\$ 1.967,33				
Tempo de agricultura								26 anos				
Média de Hectare								16				

Fonte: Pesquisa de campo 2018.

A partir do quadro exposto, podemos caracterizar que os agricultores são em sua maioria homens e com faixa etária acima de 50 anos, em predominantemente, com ensino primário e fundamental, apenas cinco agricultores com ensino médio (no quadro consta segundo grau, nomenclatura utilizada na época). Dos agricultores, dois com ensino superior: agricultor (5) licenciado em Letras, agricultor (13) Tecnólogo em Agronegócios.

A renda está no limite na maioria dos agricultores com até dois salários mínimos; a maioria, acima de dez anos de atividade rural. As atividades econômicas estão entre as mais variadas como hortaliças, frutas (mamão, uva e maracujá); além da pecuária (leite, ovos e aves), a atividade de agroindústria foi considerado também a transformação manual como queijos e farinha da forma tradicional.

4.2 Apresentação e Análise dos Dados

Utilizando-se do método da análise do conteúdo para a entrevista, os questionários foram divididos em quatro categorias conforme objetivos específicos. Podemos verificar no apêndice, o roteiro da entrevista feita ao agricultor. Cada categoria específica foi dividida em quatro etapas com temas que direcionam a ideia dos objetivos específicos.

No **primeiro objetivo específico** – “Mapear o conhecimento das práticas contábeis na atividade da agricultura familiar”, a categoria utilizada foi: “Práticas contábeis na atividade da agricultura familiar”. Para atingir esse objetivo foi levantado o seguinte questionamento:

1. Que tipos de incentivos para a produção o Governo Federal ou Estadual disponibiliza como PRONAF e outros?

Nessa categoria para conseguir atingir o objetivo específico, o foco foram incentivos para a produção onde a maioria busca junto ao Governo Federal, linhas de créditos que venham fomentar a produção. Grande parte dos agricultores não tem capital de giro próprio para essa finalidade, o PRONAF é mais utilizado, e o intermediador entre Governo Federal e agricultor é o Banco do Brasil. Para ter acesso a esse crédito, uma das ferramentas gerenciais utilizadas é o Projeto de Investimento apresentado pelo Banco do Brasil conforme anexo 1; essa ferramenta obriga o agricultor a ter conhecimento de práticas contábeis ao solicitar informações sobre o patrimônio, receitas e outras patrimoniais.

No **segundo objetivo específico** – “Identificar as ferramentas contábeis em uso próprio ou em busca de créditos para utilização das atividades produtivas, a categoria utilizada foi: “Contabilidade como ferramenta na aquisição de créditos”. Para atingir esse objetivo foi levantado o seguinte questionamento:

1. De que forma se controlam os gastos e receitas da atividade?

Para atingir esse objetivo do controle dos gastos e receitas, é fundamental o processo de evidenciação das informações a que se pretende atingir.

No **terceiro objetivo específico** – “Levantar as dificuldades e necessidades dos agricultores familiares na utilização das ferramentas contábeis no processo produtivo até a comercialização dos produtos”, a categoria utilizada foi: “Contabilidade como ferramenta no processo produtivo e comercialização de produtos”. Para atingir esse objetivo foi levantado o seguinte questionamento:

1. Conta com ajuda de algum profissional no controle de gastos e receitas? Sim ou Não (se sim, qual ou quais?).

No **quarto objetivo específico** – “Elaborar modelo de relatório contábil na identificação de custo, receita e lucro com base na dificuldade e necessidade do agricultor familiar”, a

categoria utilizada foi: “Informação gerencial e modelo de relatório contábil”. Para atingir esse objetivo foi levantado o seguinte questionamento:

1. Para sua atividade, que tipo de informação gerencial necessita para tomar a decisão?

Neste critério, buscou-se identificar a informação gerencial que os agricultores utilizam e propor um modelo de relatório padrão que atenda de forma ampla as atividades de todos os agricultores.

4.2.1 Práticas contábeis na atividade da agricultura familiar

O conhecimento das práticas contábeis na atividade da agricultura familiar é fundamental para que o agricultor consiga gerir com transparência, os fatos ocorridos em sua propriedade. Os fatos contábeis são as ocorrências que alteram positivamente ou negativamente o patrimônio líquido de uma pessoa física ou jurídica (Gonçalves e Baptista (2011, p. 20)). O simples ato do agricultor comprar insumos e obter sacrifícios financeiros no processo produtivo, são situações que afetam o patrimônio líquido em busca de receitas futuras.

Um dos quesitos na análise desse objetivo sobre as práticas contábeis é a contratação de linha de crédito e enfatizado pelo PRONAF, como políticas públicas no fomento da agricultura familiar por parte do Governo Federal.

Os créditos rurais, para Buainain et al. (2014, p. 830-831), são como capital de giro para investimento na propriedade – o Plano Safra 2017/2020 são conjuntos de ações para fortalecer a agricultura familiar, foram criados 10 eixos de atuação, conforme SEAD (2017/2020).

Conforme citado anteriormente, para a aquisição desse crédito junto ao Governo Federal o mediador é o Banco do Brasil, como quesito para contratação, o Banco do Brasil exige um projeto de investimento. O agricultor deverá evidenciar a situação patrimonial de sua propriedade e mensurar as receitas dos últimos três triênios.

A seguir, o quadro 9 demonstra os dados da entrevista com os 15 agricultores sobre aquisição de créditos para investimentos, foram considerados apenas os agricultores que possuem o PRONAF ativo. Dez agricultores que não tem PRONAF contratado no momento da pesquisa, já se utilizaram desse benefício anteriormente.

Quadro 9 – Aquisição de créditos para investimento

Agricultor	Data da Entrevista	Pronaf	Outros
1	24-5-2018	Não	Não
2	24-5-2018	Sim	Não
3	25-5-2018	Não	Não
4	10-7-2018	Não	Não
5	12-7-2018	Sim	Não
6	12-7-2019	Não	Não
7	12-7-2018	Não	Sim
8	12-7-2018	Sim	Não
9	13-7-2018	Sim	Não
10	14-7-2018	Não	Não
11	14-7-2018	Não	Sim
12	14-7-2018	Não	Sim
13	14-7-2018	Sim	Não
14	16-7-2018	Não	Não
15	16-7-2018	Não	Não

Fonte: Pesquisa de campo 2018.

Os trechos a seguir, extraídos das transcrições das entrevistas com os 15 agricultores, ilustram as respostas por escrito de 7 agricultores aleatórios, as respostas à entrevista dos outros 8 agricultores, foram transformadas em dados conforme o quadro acima. Sobre o conhecimento das práticas contábeis através da aquisição de créditos como PRONAF, as respostas são referentes à contratação, ou seja, se possuem ou possuíram incentivos e qual o profissional que elaborou o projeto:

“Atualmente não tem incentivo. Sempre alugo terra, encontro dificuldade para adquirir o PRONAF. Já fiz PRONAFIM – agricultura familiar. Não ajudou, porque era pouco dinheiro. Muita burocracia tem que arrumar avalista e até mesmo pelo valor que o governo oferece, não compensa muito pouco”. (agricultor 1)

“Ajuda muito e tem facilidade de pagamento, tive dificuldade, precisei arrumar avalista, elaborar projetos exigiram muitos documentos e a linha de crédito muito limitado. O profissional agrônomo que fez o projeto, ele fica com uma porcentagem, a mão de obra desse profissional foi particular”. (agricultor 2)

“Já tive o PRONAF duas vezes, não foi aplicado na atividade, sendo o dinheiro desviado para outro fins. Foi o profissional da COOPERAFI que elaborou o projeto”. (agricultor 3)

“Nunca recebi e tenho conhecimento do PRONAF, não busquei porque a burocracia é muito grande”. (agricultor 4)

“Tenho o PRONAF, ajuda muito, o juros é pequeno, não encontrei dificuldade para contratar, pois o técnico da COOPERAFI que fez o projeto. Quando solicitei o PRONAF, o profissional para elaborar o projeto fez toda planilha de custo, do que vai precisar, onde o dinheiro será investido” (agricultor 5)

“Tive incentivo de dois anos pela Petrobras, que veio para COOPERAFI, onde 10 agricultores recebeu o incentivo para finalidade específica para construção de estufa e montagem de horta (berinjela, batata, cenoura e beterraba), em 2014 que recebi o incentivo. Sobre o PRONAF, muito burocrático, avalista, burocracia no Banco do Brasil, na realidade favorece somente o grande produtor, o pequeno produtor exige muita coisa que acabei desistindo” (agricultor 7)

“Já tive PRONAFIM há 4 anos. Atualmente tenho empréstimo pelo Banco do Brasil para investir na plantação de melancia. Foi muita burocracia para contratação de empréstimos, foram três meses tentando e foi preciso de avalista”. (agricultor 11)

Buscar investimentos para a propriedade, sejam na construção de currais, galpões, cercas e outros, bem como para investir em plantação de hortaliças ou no rebanho bovino, precisa-se planejar, conforme exposto por Friedman (1969, p. 5) e Brandão (2012, p. 25). O planejamento é uma ferramenta que auxilia a construção de um objetivo e tomada de decisão. Estabelecer plano de investimento é um instrumento importante para o agricultor na aquisição de crédito como o PRONAF. Não basta planejar, é preciso ter o controle dos fatos, do patrimônio, das receitas auferidas para obtenção de lucros a curto, médio e longo prazo. O controle conforme Iudícibus (2010, p. 5), é saber administrar, direcionar, fiscalizar e ter domínio dos atos e fatos praticados pela atividade econômica.

Ao agricultor, não basta ter experiência na atividade agrícola ou pecuária, precisa-se mudar as tradições conforme citado por alguns agricultores na entrevista “... se até agora deu certo a forma que estou fazendo, porque vou ter que mudar!”.

Dos 15 agricultores entrevistados somente 1 agricultor não teve o PRONAFI, os demais já tiveram e possuem esse incentivo do Governo Federal. O agricultor 11 - tem empréstimo bancário, que não se enquadra no conceito de PRONAF.

Iudícibus (2010, p. 5) descreve alguns pontos importantes sobre a informação contábil no processo de controle, como **meio de comunicação** através dos relatórios contábeis; **meio de motivação** que coincide com a forma de administrar e de conduzir sua propriedade; **meio de verificação** que é o acompanhamento constante dos fatos.

É importante destacar que o agricultor nesse quesito do objetivo específica, não possuem conhecimento das práticas contábeis. Ao buscar o incentivo do Governo Federal para

investimento em sua propriedade, os mesmos não apresentam controle de seu patrimônio, apenas menciona ao profissional que elaborou o projeto, porém, na maioria das vezes é o profissional “agrônomo “quem desenvolve o projeto”.

4.2.2 Contabilidade como ferramenta na aquisição de créditos

A contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio das pessoas físicas ou jurídicas - Gonçalves e Baptista (2011, p. 3), ressalta que o objeto da contabilidade é o patrimônio. A finalidade da contabilidade são as ferramentas contábeis utilizadas pelos usuários para atingir o objeto como mensuração e evidência do patrimônio.

Este objetivo específico busca identificar se o agricultor se utiliza de ferramentas de contabilidade em seu uso próprio ou na busca de créditos financeiros para investimentos em suas atividades patrimoniais ou produtivas.

Essas ferramentas precisam ter um controle rigoroso após sua aplicação, conforme citado no item anterior, o processo de controle de acordo com item A 8 (NBC TA, 265, p. 167) – tem como objetivo evitar distorção das informações.

O ato de controlar pode ser através de anotações em cadernos, com a separação das naturezas das receitas e despesas.

Kruger et al 2014 deixa claro sobre o processo de controle e delineação das atividades a serem desenvolvidas pelos agricultores.

Destacamos neste objetivo específico, através de dados extraídos das entrevistas dos agricultores, a forma que os gastos e receitas são controlados, o quadro 10 demonstra:

Quadro 10 Controle gerencial

Agricultor	Controla	Controle		Dificuldades	Anota	Separação
		Próprio	Profissional			Custos Diretos/Indiretos
1	Sim	X	-	Não	Sim	Não
2	Sim	X	-	Não	Sim	Não
3	Sim	X	-	Sim	Não	Não
4	Sim	X	-	Não	Sim	Sim
5	Sim	X	-	Sim	Sim	Não
6	Não	-	-	Não	Não	Não
7	Sim	X	-	Não	Sim	Sim
8	Não	-	-	Não	Não	Não
9	Sim	x	-	Não	Sim	Sim
10	Não	-	-	Não	Não	Não
11	Sim	X	-	Não	Sim	Sim
12	Não	-	-	Não	Não	Não
13	Não	-	-	Não	Não	Não
14	Sim	X	-	Não	Sim	Sim
15	Sim	X	-	Não	Sim	Não

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Durante a entrevista foi constatado que a maioria dos agricultores fazem as devidas anotações conforme quadro 21, anotam os gastos e as receitas em um caderno. Essas anotações podem ser caracterizadas como forma de controle, constatamos também que, a maioria dos agricultores não fazem a separação dos custos diretos e indiretos, despesa e custos; vale ressaltar que Fontoura, (2013, p. 18) cita a importância da separação desses custos e Crepaldi (2011, p.323) complementa dizendo que o processo de separação dos custos, busca identificar qual produto está sendo mais rentável.

Constatamos ainda que o simples fato de anotar em um caderno é um controle conforme o entendimento dos agricultores pois, acreditam que na maioria das vezes estão agindo corretamente e obtendo uma visão da gestão de sua propriedade.

Para Borba (2004, p. 340), o controle é a “administração, direção, fiscalização, domínio”. De fato os agricultores em sua maioria sabem administrar e direcionar sua propriedade. A

contabilidade ajudaria de forma clara no controle dos gastos, evidenciando os reais custos por atividade econômica, produção e o lucro atribuído a cada produto.

Abaixo a transcrição da entrevista de alguns agricultores sobre o controle dos gastos e receitas:

“O controle é feito pela cabeça, não anoto no caderno, nunca fiz anotação” (agricultor3).

“Eu mesmo que faço mais a esposa onde fazemos as anotações em caderno normal, e faço a separação de custos diretos com indiretos” (agricultor 7).

“Controlo no raciocínio, não faço anotação dos gastos e receitas”. (agricultor 8)

“Faço a anotação dos gastos que entendo e das receitas, considero os custos diretos como ração, insumos, não considero os custos indiretos” (agricultor 9).

“Não faço anotação, os controles são feitos na cabeça, nunca anotei, sei que é um erro”. (agricultor 12).

Conforme apuração na entrevista sobre a forma de controle dos gastos relativos à produção e às receitas aferidas da venda dos produtos, os agricultores controlam de forma simples, fazendo as anotações e sua maioria não separam os custos e despesas conforme já enunciado. Alguns agricultores não fazem as anotações e até admitem que seja um erro. Outro fator importante identificado na entrevista, é que os agricultores não fazem a devida separação dos bens da propriedade dos bens para o uso próprio. Na ótica da contabilidade, essa prática dos agricultores fere o Princípio da Entidade, conforme a Lei 11. 638/2007 – o bem do proprietário não se mistura com bens da empresa. Esse ato é comum entre os agricultores, não fazer separação.

Ao perguntarmos aos agricultores o porquê não fazem a separação dos custos diretos e indiretos, nos foi relatado o seguinte:

“São custos com manutenção de veículo, combustível onde utilizo para vários fins particulares, por isso que nunca considero a somatória desses custos”. (agricultor 2)

Se os agricultores fossem treinados e orientados sobre a importância de separar os custos diretos e indiretos, ter controle de maneira correta conforme os conceitos da ciência contábil, teriam uma visão mais ampla dos negócios de sua propriedade.

4.2.3 Contabilidade como ferramenta no processo produtivo e comercialização de produtos

A contabilidade é uma ferramenta que auxilia os usuários nas atividades de suas aziendas, uma ferramenta utilizada da maneira correta, proporciona uma visão ampla dos negócios e suas especificidades.

Nesse objetivo específico buscamos levantar a dificuldade e a necessidade dos agricultores na utilização dessas ferramentas contábeis e no processo produtivo até a comercialização dos produtos.

Conforme enunciado, nos itens anteriores, ficou claro que os agricultores em sua maioria fazer as devidas anotações – e para atingir esse objetivo a pergunta feita foi: Conta com ajuda de algum profissional no controle de gastos e receitas? Sim ou Não (se sim, qual ou quais?).

Os 15 agricultores entrevistados não contam com ajuda de um profissional no controle dos gastos conforme quadro 21, e no decorrer da entrevista sempre frisamos a importância do profissional da ‘contabilidade’.

No primeiro objetivo específico ficou claro que os entrevistados, buscam o profissional apenas para elaborar o projeto na contratação do PRONAF, e esse profissional não tem formação em Ciências Contábeis.

Procuramos 1 dos 15 agricultores entrevistados para sabermos se o mesmo, conta com a ajuda de algum profissional da contabilidade no controle dos gastos e receitas, o mesmo relata:

“Busco quando quero ganhar algum benefício do governo, para fazer empréstimo, aí busco para fazer documentos como receitas do que ganho” (agricultor 6).

Na entrevista feita ao agricultor 4, foi constatado que se busca o profissional da contabilidade somente para fazer a Declaração Anual de sua propriedade. O agricultor relata:

“Não busco profissional da contabilidade para ajudar na gestão, no controle dos gastos e receitas, tenho meu computador, mas não utilizo para controlar os gastos em planilha eu mesmo que faço o controle de pagamentos dos fornecedores de leite que são os agricultores. Encontro dificuldades de profissionais na área de técnico agrícola”. (agricultor 4).

O agricultor 4 foi o único que autorizou tirar fotos da forma com que faz o controle dos fatos de sua atividade econômica conforme anexo 4.

4.2.4 Informação gerencial e modelo de relatório contábil

Neste critério, buscamos identificar a informação gerencial que os agricultores utilizam e propomos um modelo de relatório padrão que atenda de forma ampla as atividades de todos os agricultores.

O Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), no seu Pronunciamento Conceitual Básico (R1), que define a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, no seu item OB12, deixa claro a importância dos relatórios contábeis-financeiros onde fornecem informações para decisões. O item QC 32, cita que o usuário necessita ter um conhecimento razoável de negócios e atividades econômicas.

O quadro 22 demonstra, através de dados extraídos da entrevista a busca dos agricultores por profissionais da contabilidade, suas dificuldades em compreender as informações gerenciais; se utilizam algum relatório gerencial ou se aceitam um modelo de relatório padrão que venha suprir suas necessidades.

Abaixo, alguns relatos dos agricultores sobre informação gerencial e modelo de relatório contábil.

“Não tenho conhecimento de ferramentas de contabilidade, não sei diferenciar os custos diretos e os indiretos” (agricultor 5)

Sobre informação gerencial para auxiliar no processo de tomada de decisão, o agricultor cita que precisa de:

“Uma pessoa mais informada do mercado que dê suporte para mensurar os custos, que evidencie os custos, às vezes a produção tá cara, e vendendo barato, não sei o real custo que tem o plantio de hortaliça, quanto custa a plantação de couve, jiló, chuchu e tomate. Preciso desse suporte, onde me oriente s custos reais de produção”. (agricultor 5)

“Seria muito bom ter informação gerencial, pois os últimos três anos, as contas não fecham, ficando no vermelho”. (agricultor 9)

“Não tenho conhecimento de relatório de gestão/contabilidade, mesmo que fiz o técnico em contabilidade e não coloquei em prática, então mudou muito comprando os modelos de relatórios atuais”. (agricultor 10)

No apêndice 4, se encontra um modelo básico de relatório que pode ser adaptado de acordo com as necessidades dos agricultores. O modelo atende o proposto no quarto objetivo específico.

Quadro 11 - Características dos agricultores quanto a resposta dos objetivos específicos 3 e 4.

Características	Agricultor														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Busca algum profissional da Contabilidade para ajudar no controle dos gastos e das receitas	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Precisa de alguma informação gerencial para auxiliar no processo de tomada de decisão	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Tem conhecimento de alguma ferramenta de contabilidade	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Tem interesse em um modelo de relatório para auxiliar na gestão	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim

Fonte: Pesquisa de Campo 2018.

Podemos observar nos trechos das entrevistas relatadas pelos agricultores e nas tabelas de dados que, a maioria tem interesse e necessidade de informação gerencial para auxiliar no processo produtivo. Alguns agricultores são categóricos em suas respostas, conforme relato abaixo:

“Não preciso de informação gerencial, tenho conhecimento de números, isso me ajuda muito”. (agricultor 14).

Relata ainda sobre a utilização de ferramentas contábeis:

“Não utilizo ferramentas de contabilidade, quando preciso de algum projeto para créditos financeiros, tem o profissional da EMATER que faz”. (agricultor 14)

O último agricultor entrevistado relata:

“Preciso de um profissional que me ajuda a controlar os gastos, controle de gestão e planejamento do plantio”. (agricultor 15)

As informações contábeis na atividade agrícola não são obrigatórias conforme o Artigo 970 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ao citar o empresário rural. Essa não obrigatoriedade ao agricultor em fazer sua escrita contábil, não tira a responsabilidade de fazer o controle dos fatos praticados pelas atividades econômicas, sendo que a evidenciação desses fatos atribui uma visão ampla e gerencial de sua propriedade.

Crepaldi (2011, p. 106) cita a importância de identificar as etapas nas atividades agrícolas como: preparo do solo, plantio e a colheita. Para Leone & Leone (2010, p. 7), a rentabilidade está no sentido bem amplo, pois, é através do desempenho da entidade, que se traduz o controle dos custos das operações.

Outro item proposto no objetivo específico da pesquisa foi a criação de um relatório gerencial contábil como ferramenta de evidenciação e mensuração no auxílio aos agricultores familiares.

Abaixo, alguns relatos dos agricultores referentes à criação do relatório:

“Não preciso de modelo de relatório, a forma que anoto me ajudar ter o controle das minhas coisas” (agricultor 7).

“Por está trabalhando somente com leite, então vejo necessidade” (agricultor 10).

“Não preciso de um modelo de relatório para identificar os custos e receitas. Não tenho dificuldade de ferramentas contábeis, mesmo não conhecendo, a forma que

controle os meus gastos deu certo, então não vejo a necessidade de mudar” (agricultor 11).

Dos 15 agricultores entrevistados, 8 têm interesse em um modelo de relatório gerencial contábil, conforme exposto no quadro 22.

Crepaldi (2011) sugere um modelo de relatório intitulado “relatórios de resultados”; neste relatório demonstram-se as receitas provenientes das vendas de produtos com as deduções das despesas para se chegar a uma margem de contribuição.

O modelo de relatório proposto é simples para que o agricultor consiga compreender a separação dos custos diretos, indiretos e as despesas como deduções das receitas para se chegar a um lucro.

4.3 Treinamento de gestão contábil para os agricultores familiares

Foram entrevistadas a Agência Goiânia de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – EMATER; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares de Itapuranga; a Cooperativa de Agricultores Familiares de Itapuranga – COOPERAFI; o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e Sindicato Rural de Itapuranga que foram chamados de mediadores.

O motivo dessa entrevista foi para constatar o que esses órgãos como representantes dos agricultores, estão fazendo em benefícios para orientar e dar suporte nos quesitos:

1. Treinamento de ferramentas contábeis;
2. Profissionais com conhecimento na área de contabilidade;
3. Elaboração de ferramentas gerenciais contábeis;
4. Dificuldade dos agricultores.

Para conseguir extrair essas informações, foram feitas as seguintes perguntas aos mediadores:

- ✓ Oferecem algum treinamento para ajudar os agricultores familiares de Itapuranga, no conhecimento das práticas/ferramentas contábeis?
- ✓ Oferecem consultoria para os agricultores familiares na aquisição de créditos junto ao Governo?
- ✓ Contam com algum profissional ou ferramenta de gestão para auxiliar os agricultores familiares no controle de gastos e receitas? Sim ou Não (se sim, qual ou quais?)

- ✓ Qual(s) a(s) dificuldade(s) do(s) agricultores familiares na gestão de suas propriedades?

Os relatos dos mediadores em questão a esses 4 itens levantados, foram confrontados com alguns relatos dos agricultores quando procurados sobre esses órgãos.

4.3.1 Histórico dos mediadores

- **(Mediador 1) – Agência Goiânia de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária**

Data da entrevista 12/07/2018

Agência Goiânia de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – EMATER – ‘Agência de Inovação Rural’, fundada no município de Itapuranga em 11 de outubro de 1969, onde atende 450 agricultores sendo 85% destes da agricultura familiar. Responsável técnico Sr. Miguel Arcângelo Neto, onde trabalha desde 1982.

- **(Mediador 2) – Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras familiares de Itapuranga**

Data da entrevista 12/07/2018

Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras familiares de Itapuranga, fundado no mês de julho de 1972, onde os sindicalizados pagantes são de 300 a 350; desconto em folha de pagamento na faixa de 800; Presidente Sr. Heraldo Vieira.

- **(Mediador 3) – Cooperativa de Agricultores Familiares de Itapuranga**

Data da entrevista 14/07/2018

A Cooperativa de Agricultores Familiares de Itapuranga – COOPERAFI, há 20 anos no município de Itapuranga, composta de 230 cooperados que trabalham com atividade econômica de leite e hortaliça, Presidente Ilmon José de Queiroz.

- **(Mediador 4) – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**

Data da entrevista 17/07/2018

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR proporciona a mudança de atitude do produtor e do trabalho rural, que se desdobram para garantir alimento de boa

qualidade aos brasileiros e oferece as ações como Formação Profissional Rural, Atividade de Promoção Social, Ensino Técnico de Nível Médio (SENAR 2018).

Em parceria com a Cooperativa de Agricultores Familiares de Itapuranga há 2 anos, o SENAR oferece aos produtores ferramentas que possam auxiliar no processo de gestão de suas propriedades. O responsável por esse projeto é o técnico Andrey Diego, com formação em Medicina Veterinária. A entrevista aconteceu no prédio da Cooperativa de Agricultores Familiares de Itapuranga, no primeiro andar na sala de reunião.

- **(Mediador 5) – Sindicato Rural de Itapuranga**

Data da entrevista 18/07/2018

O Sindicato Rural de Itapuranga, fundado em 11 de outubro de 1969, atende os trabalhadores e produtores rurais, e atualmente o pequeno agricultor na busca de assistência técnica. O Sindicato conta em média com 72 sindicalizados que estão em dias com as obrigações sindicais. A entrevista aconteceu na própria sede do sindicato com a mobilizadora Laiana Borges.

4.3.2 Análise da coleta dos dados

Na entrevista, foi questionado aos mediadores se oferecem algum treinamento de ferramentas de gestão contábil aos agricultores, abaixo os relatos:

“Sim, oferecemos. A dificuldade encontrada, é que o agricultor não dá importância, até mesmo por devido à formação racial, como o ditado ‘meu pai trabalhava assim e deu certo, então não vejo o porquê mudar’ (Mediador 1).

“Em parceria com SENAR, oferecemos treinamento e acompanhamento, o treinamento não é na área de gestão, treinamento é voltado para atividade de produção do agricultor” (Mediador 3).

“Oferecemos em parceria com Senar, cursos e treinamentos dentre outros projetos como equoterapia. Os cursos são voltados para área de produção como criar frangos” (Mediador 5).

A mobilizadora do Mediador 5, complementa sobre o treinamento:

“O treinamento é oferecido na propriedade, oferecemos o treinamento gratuitamente com café da manhã e até almoço. Os produtores sobre ter conhecimento das práticas contábeis, através dos treinamentos que oferecemos é muito superficial, estuda muito pouco no curso de Administração Rural. Os cursos são mais voltados para área de produção da atividade agrícola. Sobre utilizar ferramentas os agricultores buscam o profissional da contabilidade que o sindicato oferece” (Mediador 5).

Dos 5 mediadores entrevistados 3 oferecem treinamentos aos agricultores; o Mediador 4, oferece treinamento em parceria com os Mediadores 3 e 5. Ficou claro que esses mediadores se preocupam em capacitar os agricultores.

Neste quesito, os agricultores não foram indagados sobre os treinamentos e sim sobre as ferramentas de gestão.

Em relação à consultoria para os agricultores dos 5 mediadores, somente dois oferece serviço de consultoria:

“O PRONAF, temos mais de 1000 produtores enquadrado no PRONAF, sou seja tem condições de receber recursos. Elaboramos o projeto técnico para ele buscar o recurso, então passamos a assistência. Teve grande falha no PRONAF em não oferecer assistência técnica, ou seja, dava apenas o dinheiro. Em termos de burocracia, é a garantia, pois o agricultor familiar não pode hipotecar a propriedade, e sim por avalista. Já tive um projeto aval solidário, onde o agricultor avalizava outro agricultor. O PRONAF mais comum é para custeio e investimento. A finalidade que o agricultor busca para tocar suas atividades rurais, a busca maior é para custeio” (Mediador 1).

“Fazemos todos os projetos para os agricultores, onde envolve a planilha de custos/despesas, não é profissional da contabilidade sendo um técnico agrícola” (Mediador 3).

Na entrevista com os agricultores, questionamos sobre a elaboração do projeto para a aquisição de investimentos, alguns agricultores relataram:

“Tenho o PRONAF, ajuda muito, o juros é pequeno, não encontrei dificuldade para contratar, pois o técnico da COOPERAFLI, que fez o projeto” (Agricultor 5).

“Conheço a Emater, e a própria fez o projeto para financiamento, para eu buscar dinheiro e investir na propriedade” (Agricultor 9).

Percebemos através dos relatos de dois agricultores, que dois mediadores oferecem consultoria, e desempenham um papel fundamental, pois, de certa forma, auxiliam o agricultor na aquisição do crédito para o investimento.

Ao procurar os mediadores que oferecem algum profissional ou ferramenta de gestão para auxiliar os agricultores, somente o Mediador 5 disponibiliza esse serviço, conforme relato abaixo:

“Sim, oferecemos o profissional da contabilidade é contadora pelo sindicato é funcionária exclusivamente do sindicato” (Mediador 5).

Procuramos quais serviços são prestados aos agricultores já que o sindicato conta esse profissional, a mobilizadora relata:

“Oferecemos a parte de contabilidade e departamento pessoal para os agricultores, se o agricultor for sindicalizado, o agricultor paga o valor bem abaixo do mercado. O serviço prestado é Declaração de ITR – Imposto de Territorial Rural, e folha de pagamento”.

Nenhum dos 15 agricultores entrevistados têm conhecimento desse serviço, até mesmo por não serem sindicalizados. Reforçamos que, na entrevista e conforme relato, o Sindicato Rural cumpre um grande papel em treinar os agricultores em parceria com o Senar.

Outro ponto constado na entrevista é que a Emater (Mediador 1) e o Senar (Mediador 4) em parceria com a Cooperafi (Mediador 3), estão implantando de forma gradativa ferramentas de gestão no auxílio ao agricultor familiar. Abaixo o relato da entrevista:

“Sim, temos o profissional que são técnicos, a Emater qualifica-os para da esse suporte de gestão, a Emater tem sido o prolongamento da escola” (Mediador 1).

Sobre essa parceria da Cooperafi (Mediador 3) com Senar (Mediador 4), procuramos o técnico responsável pelo projeto de implantação de ferramenta de gestão com os agricultores familiares, o técnico relatou:

“Nosso trabalho como ferramenta de gestão, através de planilha, onde faz o lançamento de custo e despesa, tudo que o investido, aplicado e evidenciado na contabilidade. Tudo que é produzido, que entra como receita, como derivados do leite, e até mesmo a venda de bezerras é contabilizado” (Mediador 4).

Indagamos ainda o técnico para detalhar mais as informações que compõem essa planilha, relatou-nos ele:

“Na planilha anotamos as parições, os cios de vacas, para que possamos fazer o planejamento até mesmo como descarte, precisamos evitar os gargalos, tudo é evidenciado. Através dessa anotação, os agricultores sabem fazer o planejamento dos custos e dos possíveis receitas que pretendem alcançar” (Mediador 4).

Na entrevista ficou claro que a preocupação de ambos mediadores nessa ferramenta é o agricultor com atividades econômicas de leite.

Em relação às dificuldades e necessidades dos agricultores familiares na gestão de suas propriedades, o técnico relatou:

“A dificuldade maior encontrada é necessário que faça as anotações, eles não anotam pode devido múltiplas funções, até mesmo pela escolaridade, tem dificuldade” (Mediador 4).

Questionamos ao técnico de que forma ele trabalha para convencer os agricultores a aderir esse projeto, citou-nos ele:

“Todo inicio de trabalho, temos resistência por parte dos agricultores. Aceitação é gradativa até os agricultores ter confiança e ver o resultado” (Mediador 4).

Na entrevista, indagamos ainda quantos agricultores estão sendo atendidos com esse projeto, o técnico relatou-nos que:

“Hoje, estamos trabalhando com 1 técnico para 1.300 produtores. Sendo minha meta atender 30 produtores na região de Itapuranga, desses 30, 16 são atendidos” (Mediador 4).

No decorrer da entrevista questionamos a forma com que é feito o trabalho de acompanhamento, o mesmo nos falou que:

“O acompanhamento é constante após implantação, o agricultor entra com contrapartida de R\$100,00 a R\$ 250,00 (varia com tamanho da propriedade e produção) e a COOPERAFI entra com outra parte” (Mediador quatro).

Ao finalizar a entrevista, o técnico reforçou sobre o seguinte fato:

“Os agricultores não têm conhecimento de relatórios e ferramentas contábeis, no entanto que o modelo de relatório que trabalhamos é básico, não fazemos separação de despesa e custo. Apenas dados coletados para dar um norte aos produtores dos gastos pra saber se está tendo prejuízo” (Mediador 4).

Indagamos ao técnico o porquê do foco na produção de leite e não na plantação de hortaliças, o mesmo nos respondeu:

“Focamos no leite, como disse pra não deixar a produção de leite acabar” (Mediador 4).

De forma gradativa, a Cooperafi em parceria com Senar estão implantando ferramentas de controle gerencial contábil dos gastos, conforme citado anteriormente nos relatos dos mediadores e modelos de relatórios (anexo), proposto tanto pelo Senar quanto pela Emater, o foco é atender agricultores com atividade econômica de leite.

É fato a positividade em não querer deixar que os agricultores parem de trabalhar com leite. Mas por outro lado, os agricultores que trabalham com a atividade agrícola no plantio de hortaliça, são carentes de informações gerenciais, pois, a Cooperafi, o Senar e a Emater, falham em não atender esses produtores em específico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi constatado na pesquisa, através de um questionário semiestruturado que, os agricultores não possuem conceitos de ferramentas de contabilidade, em sua maioria na busca de crédito para investimento; o profissional que elabora o projeto, não possui formação em ciências contábeis e nem na área de gestão. E após a aquisição deste crédito, constamos na pesquisa através dos relatos que os agricultores não detêm o controle desses investimentos.

Foi identificado que para contratar o crédito como o Pronaf; projeto (anexo), o agricultor necessita a apresentação da situação patrimonial de sua propriedade, como bens, direitos, além das receitas dos últimos triênios.

Durante a entrevista, constamos que não utilizam ferramentas de contabilidade para esse controle, anotando apenas em um caderno rústicamente e acreditando que estão fazendo da maneira correta. Fica uma indagação que poderá ser utilizada para pesquisas futuras: Já que o agricultor não faz o controle dos gastos dentro da ótica da contabilidade, profissional que elabora o projeto para contratação desse crédito (Pronaf), evidencia de forma correta o patrimônio e receitas?

A pesquisa, no capítulo “atividade extensionistas”, onde o foco foi o Pronaf, como política pública do Governo Federal percebeu-se a necessidade de entrevistar o Sindicato e a Cooperativa, intitulados como ‘mediadores’ entre Governo Federal e os agricultores, para se saber o que fazem para ajudar os agricultores no conhecimento de práticas contábeis; no controle dos gastos e receitas; se oferecem algum treinamento nessa área e qual a maior dificuldade dos agricultores.

Foi constatado que a Cooperativa em parceria com Senar, estão implantando de forma gradativa a importância das ferramentas de contabilidade como gestão. O Sindicato Rural de Itapuranga em parceria com o Senar, oferece cursos aos agricultores. Os três mediadores e a Emater, estão preocupados com a forma que os agricultores administram suas propriedades.

A natureza do trabalho qualitativo é coerente com a abordagem do referencial teórico adotado. Tem por objetivo, a construção de conceitos teóricos para a interpretação da realidade dos agricultores, se esbarrando nas publicações como artigos científicos atualizados do referencial teórico, foi na sua maioria adotados livros, normatizações do Conselho Federal de Contabilidade e Legislações.

Reconhecemos que existe uma limitação no que refere à realização de um estudo que, foi fundamentado na fala dos agricultores, pois, alguns agricultores não se sentiram à vontade para dar as respostas, mesmo nos precavendo, ao procurá-los de forma simples e informal.

Os agricultores se comprometeram em nos expor o seu dia-a-dia e a luta na agricultura. Não tiveram vergonha de falar que não possuem os conhecimentos de práticas gerenciais contábeis e muitos reconhecem a necessidade de tê-los. Com isso, foi possível articular a fala, a ação e a percepção do agricultor quanto ao controle, conceitos e ferramentas de contabilidade na agricultora familiar.

Para tal torna-se importante propor uma continuidade dessa pesquisa, a fim de aprofundar e analisar, as práticas contábeis em relação aos agricultores familiares do município de Itapuranga.

Propomos que se aprofunde a pesquisa relacionadas às políticas de conscientização com foco em gestão, onde demonstre a importância da contabilidade para os agricultores e que trabalhem juntamente a os mediadores na utilização da maneira correta da ciência contábil na mensuração e evidenciamento do patrimônio dos agricultores familiares.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Intermediária**: de acordo com as exigências do MEC para o curso de “Ciências Contábeis”; textos, exemplos e exercícios resolvidos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. **Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil**. Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 71-110.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevista em ciências sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1(3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BORBA, Francisco S. **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRANDÃO, Elaine Regina Corrêa. **Planejamento, Execução e Controle dos Projetos da Copa do Mundo de 2014 no Brasil – Estudo de Caso “Arena Pantanal” em Cuiabá-MT**. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP, 2012.

BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos.

_____. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos.

_____. Lei 6. 404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõem sobre Sociedade por Ações**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos.

_____. Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993. **Dispõem sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos.

_____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos.

_____. Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estabelece às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SANTANA, Carlos; A. M. SILVA, Felipe Prince; GARCIA, Junior Ruiz; LOYOLA, Pedro. **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. O tripé da política agrícola brasileira: crédito rural, seguro e Pronaf.** 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Conceitual Básico (R1).** Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

_____. Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). **Demonstração do Fluxo de Caixa.**

Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 7 (IASB – BV2010).

_____. Pronunciamento Técnico CPC 09. **Demonstração do Valor Adicionado.** Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 7 (IASB – BV2010).

_____. Pronunciamento Técnico CPC 29 – **Ativo Biológico e Produto Agrícola.**

_____. Pronunciamento Técnico CPC 46 – **Mensuração do Valor Justo.**

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC.** ITG 2000 – Escrituração Contábil.

_____. Normas Brasileiras de Contabilidade: **NBC TA - auditoria independente: NBC TA estrutura conceitual, NBC TA 200 a 810.** Brasília, Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

_____. Normas Brasileiras de Contabilidade: **NBC TG – Geral – Normas Completas, NBC TG – estrutura conceitual e NBC TG 01 a 40 (exceto 34 e 42).** Conselho Federal de Contabilidade, 2011, Brasília.

_____. Dispõem sobre os princípios fundamentais de contabilidade (PFC).

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Tabela de Área de Conhecimento.**

Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas: **Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 19.41/Conselho Federal de Contabilidade.** Brasília: CFC, 2010.

CONVERSOR DE UNIDADE DE ÁREA. Conversor fácil.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial.** 6. ed. Revista, atualizada e ampliada – São Paulo: Atlas, 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Módulos Fiscais**

DORR, Andréa Cristina; GUSE, Jaqueline Carla; FREITAS, Luiz Antônio Rossi; ROSSATO, Marivane Vestena; **Utilização de instrumentos de gestão contábil pelos produtores agropecuários**. Revista Eletrônica de Contabilidade, Santa Maria, RS, v. 6, n. 1, jan/jun/2012.

FAVERI, Dinorá Baldo; CUNHA, Paulo Roberto; SANTOS, Vanderlei dos; LEANDRO, Deivison Anselmo. **Relação do Ciclo de Vida Organizacional com o Planejamento: um Estudo com Empresas Prestadoras de Serviços Contábeis do Estado de Santa Catarina**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPeC, Brasília, v. 8, art. 3, p. 382-402, out/dez. 2014.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da. **Gestão de Custos: uma visão integradora e prática dos métodos de custeio**. São Paulo: Atlas, 2013.

FRANCIO, Nilso. **Agricultura familiar: trabalho, renda e associativismo**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

FRIEDMANN, John R. P. **Introdução ao Planejamento Regional: Com referência especial a Região Amazônica**. Tradução de Mário Faustino. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1960.

HOFER, Elza; BORILLI, Salete Poliana; PHILIPPSEN, Rejane Bertinatto. **Contabilidade como ferramenta gerencial para atividade rural: um estudo de caso**. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 25, n. 3, septiembre-diciembre, 2006, p. 5-16. Paraná, Brasil.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade Geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010 Goiás. Código do município**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História e Fotos 2017**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto do Município 2015**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação**.

IMB- Instituto Mauro Borges Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Municípios Goianos.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Tabelas com módulos fiscais dos municípios.**

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen Charles; RAMOS, Alkíndar de Toledo; CASTILHO, Edison; BENATTI, Luiz; WEBER, Filho Eduardo; JÚNIO, Ramon Domingues. **Contabilidade Introdutória.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades.** De acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

KRUGER, Silvana Dalmutt; GLUSTAK, Ediane; MAZZIONI, Sady; ZANIN, Antônio.

Contabilidade como instrumento de gestão dos estabelecimentos rurais. Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade. v. 4 n. 2, p. 134-153, 2014.

LOURENZANI, Wagner Luiz; PINTO, Leonardo de Barros; CARVALHO, Elaine Cristina Alves; CARMO, Silas Marchi do. **A qualificação em gestão da agricultura familiar: a experiência da alta paulista.** Rev. Ciênc. Ext. v. 4, n. 1, p. 62-76, 2008.

LEONE, George S. G; LEONE, Rodrigo José Guerra. **Curso de Contabilidade de Custos.** São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Karla Kellem; PASQUALETTO, Antônio. **O planejamento e a gestão da central de abastecimento do Estado de Goiás – CEASA-GO.** Espaço Acadêmico, 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural:** contabilidade agrícola, contabilidade pecuária. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATOS, Glays Rodrigues. **Sistema de produção de agricultores familiares fruticultores de Itapuranga GO.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

MATOS, Glays Rodrigues; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Agricultores familiares e sistemas de produção de frutas em Itapuranga, Goiás.** www.agro.ufg.br/pat - Pesq. Agropec. Trop., Goiânia, v. 39, n. 3, p. 197-206, jul./set. 2009.

MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente. **Trabalhos acadêmicos:** planejamento, execução e avaliação. Goiânia, Faculdades Alves Faria, 2008.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Valor da produção de 2017 é atualizado em R\$ 535,4 bilhões.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Conheça o Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020.

MÓDULOS FISCAIS. Embrapa. Código Florestal, Adequação ambiental e paisagem rural.

- MOREIRA, Vinicius de Souza; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; MELLO, Myriam Marta Soares de; FORTINI, Rosimere Miranda. **Agricultura Familiar em Debate: Análise do meio rural nas mesorregiões norte e Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais.** Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí. Ano 14. N. 34, p. 320-350. abr/jun. 2016.
- PLAIS, Patrícia Martins. **Os impactos da nova metodologia de contabilização no Brasil, dos ativos biológicos e dos derivativos (futuros) sobre os principais indicadores utilizados nas análises econômico-financeiras feitas por instituições financeiras para fins de financiamento de empresas do setor de commodities agrícolas.** Revista de Finanças Aplicada. v. 1, p. 1-17, 2010.
- POCHMANN, Marcio. **Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites.** Nota Técnica. Mercado de trabalho. IPEA. 2004.
- QUEM SOMOS. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Disponível em: <http://www.senar.org.br/quem-somos>
- ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INVESTIMENTO: **Roteiro C – Projetos Agropecuários.** Disponível em: www.bb.com.br/docs/pub/emp/mpe/dwn/RoteiroC.doc
- SANTOS, Cleônimo dos. **Plano de Contas: uma abordagem prática.** 5 ed. São Paulo: IOB Folhamatic EBS-SAGE, 2015.
- SANTOS, Fernando Almeida; VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade com Ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas.** São Paulo: Atlas, 2011.
- SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- SILVA, Paula Terezinha Oliveira da. **Agricultura familiar e a função social da propriedade rural: O caso da região fronteira oeste do rio grande do sul.** Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado – Área de concentração Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul – RS, 2012.
- SILVA, José Maria da. SILVERIA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- THOMAS, Jorge André; SCHULZBAC, Tatiane Mara; HOFER, Elza. ENGEL; Werner. **A contabilidade nas empresas rurais para obtenção de crédito, mas instituições financeiras.** Revista Sociais em Perspectiva. v. 8, n. 14 (2009).
- VIEIRA, Fernanda Rodrigues. **Valoração econômica de quintais rurais – o caso dos agricultores associados à cooperafi (cooperativa de agricultura familiar de Itapuranga – Go).** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

APÊNDICE – 1**ENTREVISTA - Agricultores****1º PARTE**

Nome_____

Idade_____Sexo_____

Formação_____

Quantidade de membros da família_____

Renda_____

Quanto tempo na agricultura familiar _____

Terra própria ou alugada _____

Tamanho da propriedade _____

Trabalha com: () agricultura () pecuária () agroindústria

Qual tipo de cultura que trabalha

Utiliza de outras atividades que venha complementar a renda na agricultura

Quem administra a propriedade _____.

2º PARTE

1. Que tipos de incentivos para a produção o Governo Federal ou Estadual disponibiliza como PRONAF e outros?

_____.

2. De que forma controlam-se os gastos e receitas da atividade?

_____.

3. Conta com ajuda de algum profissional no controle de gastos e receitas? Sim ou Não (se sim, qual ou quais?).

4. Para sua atividade, que tipo de informação gerencial necessita para tomar a decisão?_____

APÊNDICE – 2

ENTREVISTA - Mediadores

1º PARTE

Mediador:_____.

Tempo de funcionamento:_____.

Quantos sindicalizados/cooperados:_____.

Qual o perfil dos sindicalizados/cooperados: _____

2º PARTE

1. Oferecem algum treinamento para ajudar os agricultores familiares de Itapuranga, no conhecimento das práticas/ferramentas contábeis? _____

2. Oferecem consultoria para os agricultores familiares na aquisição de créditos junto ao Governo?_____

3. Contam com algum profissional ou ferramenta de gestão para auxiliar os agricultores familiares no controle de gastos e receitas? Sim ou Não (se sim, qual ou quais?)

_____ -

4. Qual(s) a(s) dificuldade(s) do(s) agricultores familiares na gestão de suas propriedades?

APÊNDICE – 3

Conversão de Alqueire para Hectare

AGRICULTOR	ALQUEIRE	HECTARE
1	1	5
2	3	15
3	1.20	6
4	1.35	7
5	6.5	31
6	4	19
7	2.5	12
8	1.66	8
9	3.5	17
10	6	29
11	3.5	17
12	7.5	36
13	1.5	7
14	2.5	12
15	4.75	23

APÊNDICE – 4

Modelo básico de relatório

AGRICULTOR

ANO/MÊS

<u>CUSTOS OPERACIONAIS</u>	R\$	<u>CUSTO COM INVESTIMENTOS</u>	R\$
1. Insumos		3. Infraestrutura	
Fertilizantes		Terras	
Aubos		Estradas	
Outros - Especificar		Outros - Especificar	
2. Serviços		4. Benfeitorias	
Mão de Obra		Cercas	
Adubação do Solo		Curral	
Preparo do Solo		Outros - Especificar	
Transporte			
Outros - Especificarem			
5. RESULTADO OPERACIONAL	R\$	6. DESPESAS	R\$
Receitas		Salários e encargos	
		Combustível	
		Energia	
		Diversos - Especificar	
7. MARGEM BRUTA OPERACIONAL	R\$		
5(-) 1 + 2 + 3 + 4			
LUCRO DO PERÍODO			
7 (-) 6			

ANEXO – 1



ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INVESTIMENTO ROTEIRO C – PROJETOS AGROPECUÁRIOS

Sr. Projetista,

Com o presente **roteiro**, o Banco do Brasil pretende oferecer-lhe instrumento adequado para apresentação de **projetos** de investimentos agropecuários, contemplando, entre outros aspectos, metodologia para verificação da viabilidade econômico-financeira do empreendimento.

Solicitamos sua atenção para as seguintes considerações:

- **projeto** de investimento agropecuário não deve ser entendido como mera exigência burocrática, mas como ferramenta essencial ao planejamento e à demonstração da viabilidade técnica e econômico-financeira do empreendimento;
- o **roteiro** anexo não se constitui formulário rígido, mas guia que pode e deve ser adaptado, com enriquecimento de informações, quando couber, devendo ainda ser observadas as exigências normativas de cada linha de crédito específica;
- a análise do **projeto** fundamenta-se na verificação da consistência das informações nele contidas. Assim, todos os valores informados quando do preenchimento dos quadros devem, necessariamente, ser acompanhados das respectivas **memórias de cálculo** (demonstração de quantidades e valores considerados), sem as quais todo o trabalho fica comprometido. Orçamentos, estudos de mercado, plantas, mapas, croquis e outros documentos relevantes também são partes integrantes do **projeto** e devem acompanhá-lo quando de sua entrega ao Banco.

A confecção deste **roteiro** objetivou facilitar a elaboração e a análise dos **projetos**. Contudo, sua equipe precisa estar atenta, complementando-o e sugerindo aperfeiçoamentos, em interação permanente com nossas Agências, de forma a estreitar a parceria e a confiança quanto à exatidão e à confiabilidade dos dados e informações.

BANCO DO BRASIL S.A.
DIRETORIA DE CRÉDITO
DIRETORIA DE AGRONEGÓCIOS

PROJETO DE INVESTIMENTO AGROPECUÁRIO

RESUMO

1. PROPONENTE		
Empresa:		
Porte:	Agência BB de relacionamento:	
2. PROPOSIÇÃO		
Investimento total (R\$):	Valor do Financiamento (R\$):	
Linha(s) de Crédito:	Prazo total:	Prazo de Carência:
Finalidade:		
Localização:		

Data de início da implantação:		Data de entrada em operação:			
3. RESPONSÁVEL TÉCNICO					
Nome(s):					
Endereço(s):					
DD:	Tel. Contato:	DD:	Fax:	DD:	Tel. Celular
E-mail(s):					

ÍNDICE

RESUMO

1 – IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 - PROPONENTE(s)
- 1.2 - PROPRIEDADE(S) A SER (EM) BENEFICIADA(S)

2 – LEVANTAMENTO

- 2.1 - PATRIMONIAL
 - 2.1.1 - IMÓVEIS
 - 2.1.2 - MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS.
 - 2.1.3 - SEMOVENTES
 - 2.1.4 - OUTROS BENS E DIREITOS
 - 2.1.5 - RESUMO DO PATRIMÔNIO
 - 2.1.6 - OBRIGAÇÕES
 - 2.1.7 - SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA ATUAL
- 2.2 - CARACTERÍSTICAS E INFRA-ESTRUTURA DO IMÓVEL BENEFICIADO
 - 2.2.1 - CLIMA E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
 - 2.2.2 - RECURSOS HÍDRICOS
 - 2.2.3 - MEIO AMBIENTE
 - 2.2.4 - ENERGIA
 - 2.2.5 - TRANSPORTE
 - 2.2.6 - ARMAZENAMENTO
 - 2.2.7 - MEIOS DE COMUNICAÇÃO
 - 2.2.8 - MÃO-DE-OBRA
 - 2.2.9 - OUTROS COMENTÁRIOS
- 2.3 - RECEITAS E PRODUÇÃO DO ÚLTIMO TRIÊNIO
 - 2.3.1 - AGRICULTURA
 - 2.3.2 - PECUÁRIA
 - 2.3.3 - OUTRAS ATIVIDADES

3 – MERCADO

4 – O PROJETO

- 4.1 - FINALIDADE
- 4.2 - O FINANCIAMENTO
 - 4.2.1 - VALOR, PRAZO E CARÊNCIA.
 - 4.2.2 - INVESTIMENTOS PROPOSTOS, FONTES DOS RECURSOS E ÉPOCAS DE REALIZAÇÃO
 - 4.2.3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO E USOS E FONTES
 - 4.2.4 - CRONOGRAMA DE REEMBOLSO DO CRÉDITO E DE DÍVIDAS PREEXISTENTES
- 4.3 - ADMINISTRAÇÃO/TECNOLOGIA

4.3.1 - TÉCNICAS E CONTROLES

4.3.2 - IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

4.4 - ENGENHARIA

4.4.1 - ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

4.4.2 - CÁLCULOS E DIMENSIONAMENTOS

4.4.3 - INVESTIMENTOS FUTUROS E REINVESTIMENTOS

4.4.4 - DESEMBOLSOS COM A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

4.5 - PROJEÇÃO FINANCEIRA

4.5.1 - PREVISÃO DE RECEITAS

4.5.2 - ESTRUTURA DOS CUSTOS OPERACIONAIS

4.5.3 - FLUXO DE CAIXA E CAPACIDADE DE PAGAMENTO

5 - CONCLUSÃO

6 - ANEXOS

IDENTIFICAÇÃO

1.1 - PROPONENTE(s)

(Se pessoa física)

Nome:			
Identidade (RG):		CPF:	
Telefone:		Estado Civil:	
Profissão:			
Nome do Cônjuge:			

(Se pessoa jurídica/empresa)

Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefones p/ Contato:	
E-mail(s):	

Principais Acionistas/cotistas:	CNPJ/CPF

Diretores	CPF

1.2 – PROPRIEDADE(S) A SER (EM) BENEFICIADA(S)

Denominação:	
Matrícula(s) no CRI	
Área (ha):	
Localização:	
Roteiro de acesso:	

Proprietário(s):	
Regime de exploração do imóvel:	Obs.: (no caso de áreas exploradas em terras de terceiros, apresentar cópia do(s) contratos(s) de arrendamento / comodato (com discriminação do prazo, valor e forma de pagamento) e concordância formal do proprietário quanto à realização das inversões programadas).
Outras informações julgadas importantes:	

2 – LEVANTAMENTO

2.1 – PATRIMONIAL

2.1.1 – IMÓVEIS (apresentar um quadro para cada imóvel)

Denominação:			Localização:			
TERRAS ESPECIFICAÇÃO	Quant.	Tipo de Solo Predominante	Classe de Cap. Uso	Reserva Legal (ha)	Valor Unit. (R\$/ha)	VALOR (R\$)
Culturas anuais						
Culturas Permanentes (1)						
Pastagens nativas						
Pastagens formadas (1)						
Florestas Nativas						
Florestas Regeneradas						
Capoeiras						
Cerrado (caracterizar)						
Ocupadas com benfeitorias						
Outros usos (2)						
TOTAL TERRAS						
BENFEITORIAS ESPECIFICAÇÃO	Quant.	CARACTERÍSTICAS (idade e estado de conservação)			Valor Unit. (R\$)	VALOR (R\$)
TOTAL BENFEITORIAS						
VALOR DO IMÓVEL						

- Obs.: (1) Indicar: espécie, idade e estado geral da cultura/floresta ou pastagem.
 (2) Inclusive áreas de preservação permanente e de utilização limitada, desde que não contempladas nos itens anteriores.
 (3) Imóveis compostos por várias matrículas, tratar como imóvel único.

2.1.2 – MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS.

ESPECIFICAÇÃO	Quant.	Ano	Marca, Modelo, Nº de Série e Estado de Conservação	Valor Unit. (R\$ mil)	VALOR (R\$ mil)	Imóvel Localização
TOTAL						

2.1.3 – SEMOVENTES

ESPECIFICAÇÃO	AB.	CARACTERÍSTICAS RACIAIS E PRODUTIVAS	Valor Unit. (R\$)	VALOR (R\$)	Imóvel Localização
TOTAL					

2.1.4 – OUTROS BENS E DIREITOS

ESPECIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	VALOR (R\$)
Imóveis urbanos		
Veículos		
Estoques de produtos		
Insumos		
Ações		
Créditos		
Outros ativos		
TOTAL		

2.1.5 – RESUMO DO PATRIMÔNIO (consolidação)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Imóveis	
Máquinas, veículos e equipamentos.	
Semoventes	
Outros bens e direitos	
TOTAL	

2.1.6 – OBRIGAÇÕES

DÍVIDAS COM OUTROS AGENTES - aquisição de terras, bancos, fornecedores de equipamentos e insumos, tributos vencidos e parcelados e outros (data base: / /).						
CREDOR	FINALIDADE	Data do Vencimento	Data da próxima parcela	Encargos	Periodicidade de Pagto.	SALDO (R\$)

Descrever os recursos hídricos existentes no imóvel, abrangendo suas características qualitativas e quantitativas em relação às atividades produtivas.

Comentar, quando for o caso, sobre a questão da outorga do uso de águas pelo órgão público estadual e/ou federal.

2.2.3 – MEIO AMBIENTE

Descrever informações sobre quais normativos da legislação ambiental as atividades exploradas estão sujeitas, quais as principais exigências e suas adequações ao empreendimento proposto, informando, entre outros aspectos julgados relevantes, os seguintes:

- O imóvel se localiza ou não na área de abrangência do bioma amazônico;
- Possui área preservada destinada a reserva legal, e esta se encontra averbada;
- Possui plano de recomposição de área(s) destinada(s) a reserva legal;
- Existência de TAC (termo de ajuste de conduta), ou TRF (Termo de recomposição florestal), para o imóvel.

2.2.4 – ENERGIA

Descrever as fontes de energia utilizadas no imóvel (propriedade beneficiada) e as características dos equipamentos instalados.

2.2.5 – TRANSPORTE

Caracterizar as condições regionais dos meios de transporte da produção agropecuária, distâncias do imóvel até a sede do município e cidades vizinhas, etc.

Descrever as condições de trafegabilidade das estradas internas do imóvel ao longo do ano.

2.2.6 – ARMAZENAMENTO

Caracterizar as condições das unidades de beneficiamento/armazenamento de grãos disponíveis no imóvel beneficiado, no município e regiões vizinhas.

2.2.7 – MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Descrever os meios de comunicação utilizados no imóvel beneficiado (telefonia fixa, celular rural, rádio, internet, etc.).

2.2.8 – MÃO-DE-OBRA

Situação atual

Função	Quantidade	Salário + Encargos (R\$/ano)
TOTAL		

2.2.9 – OUTROS COMENTÁRIOS

Outras informações relevantes sobre o imóvel, face à natureza do projeto.

2.3 – RECEITAS E PRODUÇÃO DO ÚLTIMO TRIÊNIO

2.3.1 – AGRICULTURA (apresentar um quadro para cada imóvel e quadro consolidado)

Imóvel:

ATIVIDADE	SAFRA	ÁREA (ha)	Unidade	Produtividade (Unid./ha)	Valor Unit. (R\$)	VALOR (R\$)

2.3.2 – PECUÁRIA (por imóvel e consolidado)

Imóvel:

ATIVIDADE	Ano	PRODUTO	PRODUÇÃO		Valor Unit. (R\$)	VALOR (R\$)
			Unidade	Quant.		

2.3.3 – OUTRAS ATIVIDADES (consolidado)

ATIVIDADE	Ano	VALOR (R\$)

3 – MERCADO

- Caracterização do produto e do mercado (descrever o mercado a que se destina a **produção referenciada no projeto, informando os principais clientes e forma(s) de comercialização**).
- Condições específicas de comercialização, despesas pós-colheita (ex.: fretes, comissões, descontos, tarifas, etc.) e canais de distribuição. Indicação e avaliação da estrutura disponível para o processamento e comercialização da produção (própria, terceiros, capacidade instalada, etc.);

Obs.: no caso de **atividades não tradicionais**, ou quando julgado relevante, a critério do projetista ou do Banco, informar outros dados necessários, como por exemplo:

- preços recebidos, indicando a tendência para os próximos anos (anexar série histórica);
- demanda e oferta atual e futura (anexar série histórica);
- sazonalidade da produção e do consumo (anexar série histórica e índices de sazonalidade);
- exigências do mercado em relação ao tipo do produto;
- grau de competição do mercado;
- vantagens competitivas do empreendimento em relação aos concorrentes;
- principais fornecedores e clientes;
- segmentação da produção em relação ao mercado (destinação da produção);
- outros julgados necessários.

4 – O PROJETO

4.1 – FINALIDADE

Descrição sucinta sobre a finalidade do projeto.

4.2 – O FINANCIAMENTO

4.2.1 – VALOR, PRAZO E CARÊNCIA

Valor total das inversões:	
Valor Financiado:	
Prazo(s):	
Carência(s):	
Encargos:	
Periodicidade de pagamento:	
Garantias oferecidas:	(natureza do bem, gravames, valor atual em R\$ e caracterização detalhada, fornecendo todos os dados necessários à constituição do vínculo)

4.2.2 – RECURSOS PRÓPRIOS

Recursos Próprios a serem aportados pelo (a) proponente/sócios (discriminar valores e fontes, já disponíveis, livres de ônus, como pendências de custeio e outras dívidas):

4.2.3 – INVESTIMENTOS PROPOSTOS, FONTES DOS RECURSOS E ÉPOCAS DE REALIZAÇÃO

[ANEXO 01 – \(arquivo Roteiro E-Projeções. xls\).](#)

Obs.: anexar orçamentos atualizados dos investimentos previstos, emitidos pelos fornecedores dos bens/serviços, independente de serem ou não financiados.

4.2.4 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO E USOS E FONTES

[ANEXO 02 – \(arquivo Roteiro E-Projeções. xls\).](#)

4.2.5 – CRONOGRAMA DE REEMBOLSO DO CRÉDITO E DE DÍVIDAS PREEXISTENTES

ANEXO 03 – (arquivo Roteiro E-Projeções. xls) - manter a coerência com o item 4.2.1 - VALOR, PRAZO E CARÊNCIA.

ANEXO 04 – (arquivo Roteiro E-Projeções. xls) - manter a coerência com o item 2.1.6 - OBRIGAÇÕES.

4.3 - ADMINISTRAÇÃO/TECNOLOGIA

4.3.1 – TÉCNICAS E CONTROLES

Descrever as técnicas/métodos de produção e controles/recursos gerenciais que serão implementados.

Indicar:

- Combinação de explorações ideais para a propriedade, em consequência da área e dos fatores de produção disponíveis e das perspectivas de comercialização;
- Demonstrativo de uso programado do solo, por imóvel e consolidado (ANEXO 05 –arquivo Roteiro E-Projeções.xls);
- Técnicas utilizadas/programadas nas diversas etapas da atividade agrícola: preparo e correção do solo; adubações de plantio, tratos culturais, colheita, transporte, beneficiamento e armazenagem, em conformidade com o ANEXO 06 – (arquivo Roteiro E-Projeções. xls);
- Técnicas utilizadas/programadas nas diversas etapas da atividade pecuária, em conformidade com o ANEXO 10 – arquivo Roteiro E-Projeções. xls (apresentar os Índices Zootécnicos na forma do ANEXO 07 – (arquivo Roteiro E-Projeções.xls);
- Adequação e suficiência das benfeitorias, máquinas, equipamentos e demais instalações;
 - Mão-de-obra: tipo (familiar ou contratada), qualificação, suficiência e necessidade futura, atendimento à legislação trabalhista, atentando para o item 4.4.2, anexos 6, 10 e 14.
- Recursos e controles gerenciais a serem adotados para a condução do empreendimento – gerenciamento técnico, de pessoal e econômico-financeiro;
- Capacidade técnico-administrativa do proponente, necessidade de assistência técnica (intensidade e duração).

4.3.2 – IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Indicar se:

- O projeto contempla criação/manutenção de postos de trabalho, ações para proteção à saúde ocupacional e segurança à vida;
- O projeto contempla dados/custos de EIA/RIMA ou outro tipo de Estudo/Relatório de Gestão Ambiental, será necessário inviabilizar (parcial ou totalmente) área produtiva ou de proteção ambiental, prevê ações mitigadoras/reparadoras para o consumo de recursos naturais não renováveis, modificações significativas na geografia local (ex.: alagamento ou drenagem de áreas, movimentação de terra, desmatamento, etc.) e/ou utilização de substâncias perigosas à saúde e/ou ao meio ambiente.

- O projeto prevê a reparação de algum aspecto negativo apontado no item 2.2.4.

4.4 – ENGENHARIA

4.4.1 – ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

[ANEXO 11 – \(arquivo Roteiro E-Projeções. xls\).](#)

4.4.2 – CÁLCULOS E DIMENSIONAMENTOS

Referentes a máquinas, equipamentos, construções, irrigação, armazenagem, mão-de-obra e outros que se fizerem necessários.

- Demonstrar a suficiência do MAQUINÁRIO existente ou a necessidade de aquisições de máquinas, implementos, equipamentos e veículos, **ao longo do horizonte do projeto**, na forma do [ANEXO 12 – \(arquivo Roteiro E-Projeções. xls\)](#).
- Anexar plantas, orçamentos e memória de cálculos relativos às CONSTRUÇÕES RURAIS. No caso de EDIFICAÇÕES cuja competência exceda à do projetista, anexar projeto elaborado por profissional capacitado, com registro no CREA.
- Anexar boletins de ANÁLISE DE SOLO, bem como memória de cálculo (quadro-resumo) das recomendações de adubação e calagem.
- No caso de atividades pecuárias, apresentar todas as informações necessárias para a estimativa de custos e receitas, como por exemplo:
 - COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DO REBANHO - na forma dos [ANEXOS 08 e 09 – \(arquivo Roteiro E-Projeções. xls\)](#);
 - DIMENSIONAMENTO DA PRODUÇÃO MENSAL E DO CONSUMO DE RAÇÃO, no caso de suínos, aves, etc.;

Em projetos que necessitem de análises e/ou dimensionamentos específicos, informar outros dados necessários, como por exemplo:

- **Irrigação/drenagem:**
 - levantamento plani-altimétrico da área a ser irrigada, com locação do equipamento e cotas importantes;
 - características físicas do solo (análise textural, densidade aparente e real, curva característica da água do solo, capacidade de campo, ponto de murcha permanente e velocidade de infiltração instantânea);
 - velocidade média e direção predominante dos ventos, evaporação e evapotranspiração;
 - regime hidrológico (vazões máximas, mínimas e médias de longo período), qualidade da água (condutividade elétrica, razão de adsorção de sódio e qualidade biológica);

- consumo de água no ciclo fenológico da cultura e memória de cálculo para o dimensionamento do sistema e da demanda hídrica;
- manifestação sobre a existência ou não de problemas de drenagem, que podem acarretar processo de encharcamento ou salinização na área a ser irrigada. Em caso afirmativo, devem ser obedecidas as normas específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 14.143/144/145 (exigidas nos projetos de irrigação a serem implantados nas regiões semi-áridas).
- **Cana-de-açúcar:**
 - evolução das áreas de plantio, especificando “cana de ano”, “cana de ano-e-meio” e “cana soca” (nos diversos anos);
 - distâncias das áreas de lavoura à usina e impacto sobre frete;
 - Colheita (manual ou mecanizada).
- **Armazenagem:**
 - dimensionamentos específicos, capacidade operacional dos equipamentos e compatibilidade com a área cultivada;
 - capacidades estática e dinâmica (entrada e saída mensal de produtos);
 - custos operacionais destinados à atividade.
- **Florestas/Reflorestamento:**
 - descrição do sistema de manejo da floresta, esclarecendo sobre épocas (meses) de cortes, percentuais das áreas cortadas por mês e por ano, destino da produção (carvão, lenha, construção civil etc.), custos de condução e de formação, condução de desbastes, rebrotas e cortes, forma de preparo do solo, espaçamento adotado, espécie/variedade a ser plantada, além de outras informações julgadas necessárias;
 - esclarecimentos sobre utilização de Créditos de Reposição Florestal.
- **Integração Lavoura-Pecuária:**
 - Descrição detalhada do sistema de manejo que será adotado ao longo do tempo na(s) propriedade(s) beneficiada(s) (evolução do uso das glebas, rotação/sucessão de atividades);

4.4.3 - INVESTIMENTOS FUTUROS E REINVESTIMENTOS

Investimentos e reinvestimentos necessários, no horizonte das projeções, para suprir o imóvel da infra-estrutura indispensável ao processo produtivo, tendo em vista os objetivos do projeto, a idade das máquinas e equipamentos existentes, animais de reprodução, condições do solo e outros específicos do empreendimento.

Memória de cálculo (demonstração de quantidades e valores considerados).

[ANEXO 13 – \(arquivo Roteiro E-Projeções.xls\).](#)

4.4.4 - DESEMBOLSOS COM A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

[ANEXO 06 – \(arquivo Roteiro E-Projeções.xls\)](#) – ATIVIDADE AGRÍCOLA (apresentar orçamento para cada cultura).

Memória de cálculo (demonstração de quantidades e valores considerados).

[ANEXO 10 – \(arquivo Roteiro E-Projeções. xls\)](#) – ATIVIDADE PECUÁRIA (apresentar orçamento para cada criação).

Memória de cálculo (demonstração de quantidades e valores considerados).

4.5 - PROJEÇÃO FINANCEIRA

4.5.1 - PREVISÃO DE RECEITAS

[ANEXO 11 – \(arquivo Roteiro E-Projeções. xls\)](#).

4.5.2 - ESTRUTURA DOS CUSTOS OPERACIONAIS

[ANEXO 14 – \(arquivo Roteiro E-Projeções. xls\)](#).

4.5.3 - FLUXO DE CAIXA E CAPACIDADE DE PAGAMENTO

[ANEXO 15 – \(arquivo Roteiro E-Projeções. xls\)](#).

5 - CONCLUSÃO

Sucinta e objetiva, sobre a oportunidade do crédito e a viabilidade técnica e econômica do empreendimento, face às informações contidas no projeto.

Local e data.

Identificação e assinatura do projetista

De acordo e assinatura do proponente.

6 - ANEXOS

Planilhas;

Outros que se fizerem necessário, em conformidade com o projeto:

- croquis de acesso à(s) propriedade(s) e de localização do empreendimento;
- plantas baixa/corte(s) da(s) construção(ões);
- cópias de orçamentos;
- cópia de Carta-Consulta e de Aprovação do Conselho de Desenvolvimento Estadual (no caso de Fundos Constitucionais);
- cópia de licença ambiental ou de seu requerimento protocolado;
- título de propriedade do imóvel ou certidão de matrícula;
- certidões negativas;
- cópia de contrato arrendamento/comodato;
- cópia de contrato integrado/integradora;
- cópia de contrato(s) de fornecimento de cana-de-açúcar à usina;
- outros.

ANEXO – 2

Caderno de Campo – Anotações da Propriedade Leiteira

AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E
PESQUISA AGROPECUÁRIA**CADERNO DE CAMPO****Anotações da Propriedade Leiteira**

Produtor (a):	
Propriedade:	
Comunidade/Grupo:	
Responsável Técnico (a):	
Município:	Ano:

Controle Leiteiro e da Qualidade do Leite



AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E
PESQUISA AGROPECUÁRIA

CONTROLE LEITEIRO						/ /
VACA			PRODUÇÃO (kg por ORDENHA)			OBSERVAÇÕES
Nº	Brinco	Nome	1ª	2ª	TOTAL	
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
29						
30						
31						



**AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E
PESQUISA AGROPECUÁRIA**

CONTROLE MENSAL DE CMT VACAS COM CMT POSITIVO							____/____/____
VACA			CMT				OBSERVAÇÕES
Nº	Brinco	Nome	AD	AE	PD	PE	
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
21							
22							
23							
24							
25							
26							
27							
28							
29							
30							
31							



**AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E
PESQUISA AGROPECUÁRIA**

TRATAMENTO DE MASTITE										
VACA			DATA	AD	AE	PD	PE	DIAS DE GRUMO	PRODUTO	PERÍODO DE DESCARTE
Nº	BRINCO	NOME								
01										
02										
03										
04										
05										
06										
07										
08										
09										
10										
11										
12										
13										
14										
15										
16										
17										
18										
19										
20										
21										
22										
23										
24										
25										
26										
27										
28										
29										
30										
31										



**AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E
PESQUISA AGROPECUÁRIA**

CONTROLE DE SECAGENS				
VACA			DATA	OBSERVAÇÕES (PRODUTO)
Nº	BRINCO	NOME		
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				

CALENDÁRIO DIÁRIO DE ROTINAS DE ORDENHA

DIAS	Entrada do Rebanho em Lotes na Sala de Ordenha	Limpeza dos tetos, retirar primeiros jatos na "caneca fundo preto"	Pré-dipping: aguardar 30 minutos e fazer secagem com papel toalha	Colocar teteiras sem deixar entrar ar e retirar o leite	Conferir término da ordenha e cortar vácuo	Retirar conjunto de teteiras, evitar a "sobre ordenha"	Fazer pós-dipping, soltar e alimentar as vacas no cocho
SEGUNDA	X	X	X	X	X	X	X
TERÇA	X	X	X	X	X	X	X
QUARTA	X	X	X	X	X	X	X
QUINTA	X	X	X	X	X	X	X
SEXTA	X	X	X	X	X	X	X
SÁBADO	X	X	X	X	X	X	X
DOMINGO	X	X	X	X	X	X	X

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DE LIMPEZA E HIGIENE

DIAS	Higiene Pessoal	Higiene da Sala de Ordenha	Higiene dos Utensílios	Limpeza do Tanque de Expansão	Limpeza da "Sala" do Tanque de Expansão e/ou do gerador	Limpeza Ácida	Limpeza do Barracão, Curral, Cochos
SEGUNDA	X	X	X	X		X	
TERÇA	X	X	X				X
QUARTA	X	X	X	X	X		
QUINTA	X	X	X				
SEXTA	X	X	X	X			
SÁBADO	X	X	X				
DOMINGO	X	X	X	X			

CALENDÁRIO MENSAL DE REPOSIÇÃO

REPOR	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	RESPONSÁVEL	Observação
Ração e Sal mineralizado	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Sêmen		X			X			X			X			
Nitrogênio			X			X			X			X		
Farmácia	X		X		X		X		X		X			
Material de limpeza para a ordenha				X				X				X		
Peças de reposição de Ordenhadeira						X						X		
Peças de reposição de máquinas	X				X					X				
Manutenção de tratores		X												
Adubação nitrogenada	X	X	X							X	X	X		Quando a pastagem for irrigada a reposição será nos 12 meses

ANEXO – 3

Planilha para Coleta de Dados Zootécnicos

**PLANILHAS PARA COLETA
DE DADOS ZOOTÉCNICOS**



CONTROLE LEITEIRO

[illegible]

NO DIA DO CONTROLE LEITEIRO DETERMINAR AS QUANTIDADES DE:

VACAS SECAS (que não estão produzindo leite)	
NOVILHAS (animais acima de 01 ano de idade)	
BEZERRAS ou TERNEIRAS	
TOUROS, GARROTES E BEZERROS	



CONTROLE DE CIOS E COBERTURAS

[illegible]



CONTROLE DE PARIÇÕES

[illegible]



CONTROLE DE SECAGEM

[illegible]



CONTROLE DE DESPESAS (gastos)

[illegible]



CONTROLE DE RECEITAS (ganhos)

[illegible]



LEITE VENDIDO E LEITE CONSUMIDO				
DIA	EMPRESA I	EMPRESA II	ALEITAMENTO	CONSUMO
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
TOTAL				



PLUVIOMETRIA (mm)

propriedade _____ município _____ ano _____

DIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												
8												
9												
10												
11												
12												
13												
14												
15												
16												
17												
18												
19												
20												
21												
22												
23												
24												
25												
26												
27												
28												
29												
30												
31												
total												
mm												
dias c												
chuva												
dias c												
chuva												

* Considerar apenas os dias com ou mais de 10 mm de chuva.

**TEMPERATURAS MÍNIMA E MÁXIMA (°C)**

propriedade _____ município _____ ano _____

[illegible]

ANEXO – 4

Agricultor 3.



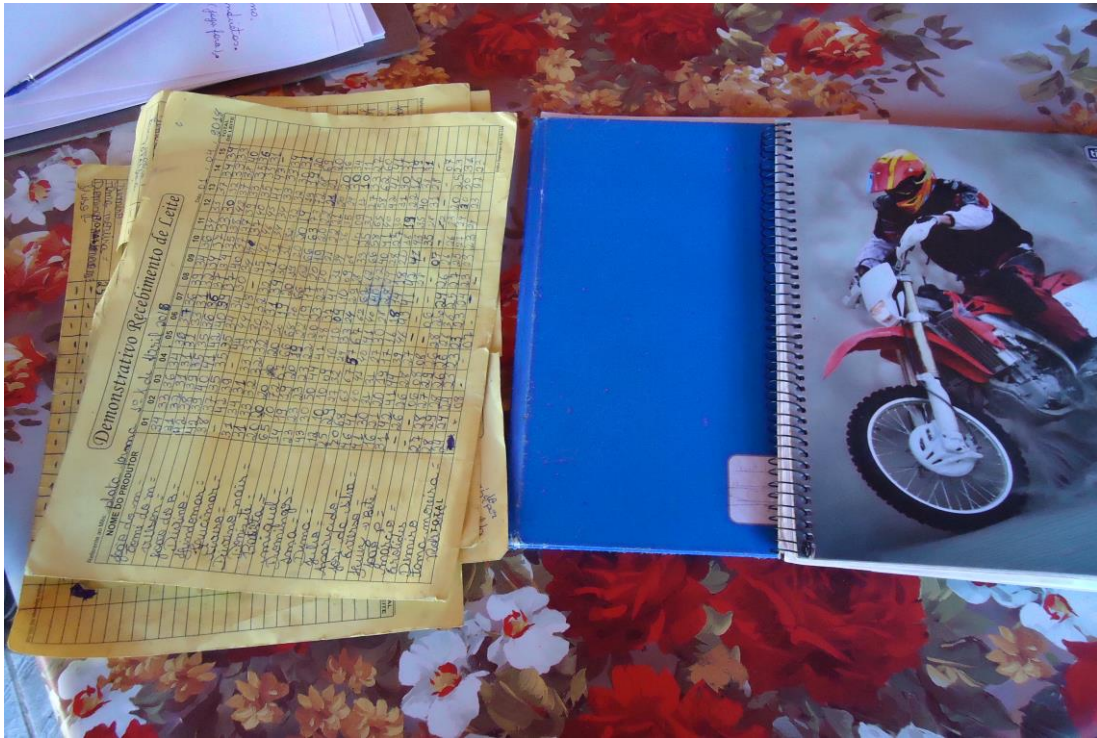


ANEXO – 4

Agricultor 4.



05. Duilins = 627 L	488 R
06. Guacimar = 1.342 L	2.205 R
07. Duilins = 1.401 L	1.425 R
08. Duilins = 600 L	1.500 R
09. Duilins = 330 L	600 R
10. Duilins = 225 L	440 R
11. Duilins = 616 L	646 R
12. João do m = 626 L	657 R
13. Vulturem = 527 L	553 R
14. João do B = 230 L	243 R
15. Duilins = 1.395 L	1.164 R
16. Guacimar = 1.124 L	1.243 R
17. Guacimar = 1.743 L	1.830 R
18. Duilins = 705 L	740 R
19. Duilins = 1.021 L	1.072 R
20. Vulturem = 550 L	577 R
21. Donizete = 1.720 L	1.806 R
22. Duilins (maior) = 395 L	414 R
23. Vulturem = 277 L	290 R
24. Luiz, o rade = 683 L	717 R
25. Duilins = 695 L	729 R
26. Duilins = 1.461 L	1.680 R
27. Duilins = 464 L	487 R
28. João = 1.627 L	1.708 R
29. João = 2.691 L	2.825 R
30. Duilins = 759 L	796 R
31. Aparecido = 625 L	656 R
32. Vulturem = 360 L	378 R
33. Duilins = 1.386 L	1.455 R
34. Rei = 1.203 L	1.263 R
35. Duilins = 62 L	65 R
36. João = 375 L	393 R
37. Luiz, paulo = 867 L	910 R
38. João P = 629 L	660 R
39. Geraldo = 373 L	389 R



ANEXO – 4

Agricultor 14.



